RITA BEIRÃO MAGRO PINTO SIMÕES

O mito do Estado mínimo: A relação entre globalização e nacionalismo a partir de Adorno

Dissertação com vista à obtenção do grau de Mestre em Direito Internacional e Europeu.

Orientadora:

Doutora Soraya Sckell, Professora da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa

Julho de 2021

O mito do Estado mínimo: A relação entre globalização e nacionalismo a partir de Adorno

Declaração de compromisso anti-plágio

Declaro por minha honra, nos termos do art. 20.º-A do Regulamento do 2.º Ciclo de Estudos Conducentes ao Grau de Mestre em Direito Internacional e Europeu, que o texto que apresento é da minha autoria e que todas as contribuições de outros autores estão devidamente assinaladas e referenciadas.

Rita Beirão Magro Pinto Simões

Lisboa, julho de 2021

Declaração do número de caracteres

Declaro que o corpo da presente dissertação tem um total de 196 925 caracteres, incluindo espaços e notas.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, acho que é lógico tecer agradecimentos a Theodor Adorno, pois sem ele, esta dissertação não seria a mesma. Agradeço de alma e coração à minha mãe, pai, irmã e avó, que me deram todo o apoio do mundo, à Ana Campos, que esteve do meu lado e me ajudou a manter a calma em todos os momentos, e ao meu avô, que me ensinou que a paciência é a arte do sucesso. Não posso deixar de fora os meus amigos, Ana, Gonçalo, João, Miguel, Pedro e Secca, que me ajudaram a manter a saúde mental, e à Laura que leu e releu a minha dissertação, me ajudou a limar arestas, dentro e fora do papel, e me acompanha com toda a seriedade do mundo. Resta-me agradecer à minha orientadora, Doutora Soraya Sckell, que foi imprescindível para a realização da presente dissertação.

"Vos estis sal terrae"

Mateus (5:13)

RESUMO

Esta dissertação dedica-se à análise da interligação entre neoliberalismo, homogeneização cultural e extremo nacionalismo. Embora o neoliberalismo pregue a doutrina de Estado mínimo, a emergência de políticas protecionistas, bem como de partidos de extrema-direita na Europa, tem acompanhado diretamente o crescimento do neoliberalismo que, de forma ressonante, detém cada vez mais influência no nosso presente e no nosso destino. Essa análise será feita à luz dos contributos de Theodor Adorno, que se mostram cada vez mais atuais na sociedade em que vivemos. Deste modo, no primeiro capítulo, será elaborado o modelo de análise, em que serão definidos os conceitos de indústria cultural e de ideal de líder fascista, enquanto conceitos que articulam a dimensão económica e cultural, articulação fundamental para a elaboração da análise do presente tema. O neoliberalismo será alvo de estudo no capítulo dois, em que a estrutura económica da União Europeia será revisada, de modo a que seja possível espelhar a forma como esta não só foi fundada em pressupostos neoliberais como também continua a proteger a prossecução do modelo neoliberal na Europa e no mundo. Num segundo momento, será analisada, com base nos estudos de Alain Supiot, a influência destas políticas no desmantelamento dos fundamentos jurídicos do Estado social. O capítulo três terá então o objetivo de analisar a homogeneização cultural. É através do entendimento da globalização que será possível conceptualizar a globalização cultural, de modo a ser elaborada uma análise segundo os pressupostos já preconizados por Adorno. No quarto e último capítulo, será analisada a evolução do Partij Voor De Vrijheid, partido de extrema-direita, que tem visto o seu crescimento na Holanda, Estado-membro da União Europeia. Ao contrário de leituras que ignoram a relação entre esses três fenómenos — neoliberalismo, indústria cultural e nacionalismo —, mostro assim como estes são três facetas, intrinsecamente relacionadas, de um mesmo processo.

Palavras–chave: Theodor Adorno, Globalização, Indústria Cultural, Neoliberalismo, Nacionalismo.

ABSTRACT

This dissertation is dedicated to the analysis of the interconnection between neoliberalism, cultural homogenization and extreme nationalism. Although minimum state preaches the doctrine of contrariety between globalization and nationalism, the emergence of protectionist policies, as well as extreme right-wing parties in Europe, has directly accompanied the growth of neoliberalism, which resonantly holds more and more influence in our present and the fate of our future. This analysis will be carried out in the light of Theodor Adorno's contributions, which are increasingly current in the society in which we live. Thus, in the first chapter, the analysis model will be elaborated, where the concepts of cultural industry and the ideal of a fascist leader will be defined, as a concept that articulates the economic and the cultural dimensions, fundamental for the elaboration of the analysis of this topic. Neoliberalism will be studied in chapter two, where the economic structure of the European Union will be revised, so that it is possible to reflect the way in which it was not only founded on neoliberal assumptions but it is also one of the organizations that protect the pursuit of the neoliberalism model in Europe and the world. In a second moment, the influence of these policies on the dismantling of the legal foundations of the social state will be analyzed, as studied by Alain Supiot. Chapter three will then aim to interpret cultural homogenization. It is through the understanding of globalization that it will be possible to conceptualize cultural globalization, in order to elaborate an analysis according to the assumptions already recommended by Adorno. In the fourth and final chapter, the evolution of Partij Voor De Vrijheid, the far-right party that has seen its growth in the Netherlands, a member state of the European Union, will be explored. Unlike readings that ignore the relationship between these three phenomena — neoliberalism, culture industry and nationalism —, I show how these three are intrinsically related facets.

Keywords: Theodor Adorno, Globalization, Cultural Industry, Neoliberalism, Nationalism.

MODO DE CITAR E OUTROS ESCLARECIMENTOS

A redação da presente dissertação é feita em língua portuguesa e em conformidade com as regras do novo Acordo Ortográfico.

As obras citadas estão identificadas nas referências bibliográficas por ordem alfabética do último nome do seu autor, pelo título, pela edição sempre que a obra o refira, pela editora, pelo ano de publicação e pelo ISBN. Artigos, bem como outros elementos consultados na *internet*, são devidamente identificados com indicação da respetiva fonte.

Adicionalmente, as abreviaturas e acrónimos utilizados encontram-se identificados por ordem alfabética na Lista de Abreviaturas e Acrónimos.

Esta dissertação cumpre com as Normas Portuguesas n.º 405-1 e 405-4 do Instituto Português da Qualidade quanto ao modo de citar e organização bibliográfica.

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

Ac.	Acórdão
BCE	Banco Central Europeu
CDA	Christen Democratisch Appèl
D66	Democraten 66
EM	Estado-membro
EUA	Estados Unidos da América
LP	Liberale Partij
LU	União Liberal
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OI	Organizações Internacionais
PPAM	Europa Ocidental
PvdA	Partij van de Arbeid
PVV	Partij Voor De Vrijheid
Reg	Regulamento
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
UE	União Europeia
UEM	União Económica e Monetária
VDB	Vrijzinning Democratische Bond
VDD	Volkspartij voor Vrijiheid en Democratie
VL	Vrije Liberalen

Índice

INTRODUÇÃO 1

1. Estado Mínimo – A conexão entre globalização e nacionalismo 1

2. Metodologia 4

CAPÍTULO 1 6

MODELO DE ANÁLISE 6

1.1. Theodor Adorno, de Frankfurt para o mundo 6

1.2. A Dialética do Esclarecimento: 7

1.2.1. O conceito do Esclarecimento 7

1.3. Industrialização Cultural: 10

1.3.1. Enquadramento histórico 10

1.3.2. Cultura de Massas, um subproduto do capitalismo emergente 12

1.3.3. Da cultura de Massas à Industrialização Cultural 13

1.3.3.1. Todos os artefactos humanos consistem em materializações do trabalho 13

1.3.3.2. Repetição enquanto característica essencial da indústria cultural 14

1.3.3.3 A padronização é tecnologicamente determinada 15

1.3.3.4. Efeito isolador das massas 16

1.3.3.5. Industrialização Cultural 17

1.4. Modelo Fascista de Propaganda 18

CAPÍTULO 2 25

ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO EUROPEU 25

2.1. União Europeia – Uma base económica capitalista 25

2.1.1. Direito do trabalho e o neoliberalismo 33

2.1.1.1. Uma conceção europeia da analogia de trabalho: contrato vs. Estatuto 34

2.1.1.2. Trabalho: o objeto do Direito 36

2.1.1.3. Trabalhador: o Sujeito do Direito 37

2.1.1.4. A relação entre: Subordinação e Liberdade 38

2.1.1.5. A chamada 'civilização' da empresa 39

2.1.1.6. O Legal e o Normativo presente na Relação de Trabalho 39

CAPÍTULO 3 43

ANALISE DA GLOBALIZAÇÃO CULTURAL E *MCWORLD*, COMO CONSEQUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO 43

3.1. Compreensão da Globalização 43

3.2. Globalização Cultural 45

3.3. *McWorld* europeu 46

CAPÍTULO 4 48
ESTUDO DE CASO 48
4.1. Estudo de caso – Holanda 49
4.1.1. Contextualização Histórica 49
4.1.2. Sistema Político 51
4.2. Partij Voor De Vrijheid 51
4.2.1. *Cyber Partys* - Conjuntura que levou à sua emergência 52
4.2.2. Origens e Ascensão 55
4.2.3. Ideologia 57
4.2.4. PVV e o seu eleitorado 59
4.2.5. Quem vota? 60
4.2.6. O que os preocupa? 62
4.2.7. Porque votam? 66
4.2.8. Análise estrutural do presente estudo 69
CONSIDERAÇÕES FINAIS 72

INTRODUÇÃO

1. Estado Mínimo – A conexão entre globalização e nacionalismo

Esta dissertação dedica-se à análise da interligação entre neoliberalismo, homogeneização cultural e extremo nacionalismo, consequência direta do capitalismo. Embora possa parecer contraditório, a emergência de políticas protecionistas, bem como de partidos de extrema-direita na Europa, tem acompanhado diretamente o crescimento do capitalismo que, de forma silenciosa, tem cada vez mais influência no nosso presente e no destino do nosso futuro.

A existência de um comportamento tribalista é algo que se manifesta desde o início das civilizações, pelo que não é um comportamento exclusivo do capitalismo. Cada época tem a sua forma de organização, pelo que esta análise será feita à luz da sociedade de capitalismo avançada, organização societária atual.

É o peso que o neoliberalismo teve e ainda tem no mundo atual que cria a necessidade de estudo da relação de interligação entre globalização e nacionalismo, que corresponde à base da estrutura da investigação que irei realizar. A presente dissertação tem como objetivo a análise desta interligação à luz dos contributos de Theodor Adorno, que se mostram cada vez mais atuais na sociedade em que vivemos.

Desde o início dos tempos que a procura incessante pelo conhecimento tem sido uma característica determinante dos seres humanos. Tanto na busca do conhecimento do fogo como na teoria da relatividade, vemos espelhada uma necessidade de compreensão, de evolução e também de adaptação, que tem sido, até hoje, uma característica importante e decisiva que se encontra presente no mundo em que vivemos.

As diferentes eras da história refletem, de forma clara, que há um fascínio pelo desconhecido, pelo que é considerado mito e, consequentemente, uma necessidade de compreensão e de esclarecimento. A tentativa contínua de esclarecimento, nestas e noutras áreas, atingiu o seu apogeu durante o Renascimento, época que abriu portas à primazia do conhecimento em detrimento de mitos ou ideias que até então eram proibidos de ser contestados.

É a partir desta ideia que Adorno começa a esclarecer o que é o conhecimento, passo importante para a compreensão da necessidade de alienação que tem vindo a aumentar exponencialmente desde os anos setenta, fator que viria contrariar o que a história tem vindo a padronizar.

A alienação, parte integrante da sociedade graças à disseminação da indústria cultural, é o foco do estudo de Adorno, sendo o seu objetivo explicar a estrutura por detrás desta mudança de paradigma que a sociedade sofreu. Desde modo, durante a presente dissertação, será explorará a sua teoria, tendo como objetivo a conceptualização de ideias, como indústria cultural e ideal de líder fascista, basilares para o estudo que será efetuado (Adorno e Horkheimer, 1972).

No primeiro capítulo, será elaborado o modelo de análise, em que serão definidos os conceitos, bem como os ensinamentos do autor, que são fundamentais para a análise efetuada nos capítulos seguintes. Serão operacionalizados os conceitos elementares para o estudo da interligação das ideias, bem como compreender as influências neoliberais na sociedade atual, adquirindo as ferramentas necessárias para analisar o estudo de caso à luz destes conceitos.

A emergência do capitalismo e de uma União Europeia neoliberal levou, juntamente com a alienação das pessoas, à emergência de uma homogeneização cultural que se tem vindo a tornar cada vez mais predominante. A cultura capitalista, representada através da indústria cultural, tem vindo a conquistar terreno e lentamente a criar raízes na sociedade atual, o que a torna a sua análise fundamental.

O neoliberalismo será alvo de estudo no capítulo dois, no qual a estrutura económica da União Europeia será revisada, de modo a que seja possível espelhar a forma como esta não só foi fundada em pressupostos neoliberais, como também é uma das organizações responsáveis pela proteção e prossecução do modelo neoliberal na Europa e no mundo.

A importância das políticas e domínios da União Europeia no crescimento do neoliberalismo torna importante o estudo da estrutura da UE, começando pelo entendimento do *spill over* económico que influenciou e ainda influencia o crescimento desmedido de um capitalismo que Adorno já espelha na sua crítica. É nele que vemos refletido o mecanismo de manutenção do neoliberalismo, que se torna cada vez mais favorável de manter – tanto para a UE como para os *stakeholders*.

A estrutura económica da União Europeia será então revisada, de modo a que seja possível identificar de que forma os princípios basilares da União Europeia são uma das razões pelas quais vivemos num mundo cada vez mais neoliberal, sendo a sua organização responsável pela manutenção desse mesmo neoliberalismo.

O neoliberalismo tem vindo a desgastar as estruturas dos direitos dos trabalhadores, uma vez que apresenta como uma das suas consequências a busca

incessante pela otimização das taxas de lucro. Desta forma, será tratada a conceção jurídica de relação de trabalho na Europa, o trabalho como relação do Direito e a compatibilização entre subordinação e liberdade, tal como analisado por Alain Supiot.

Será elaborada uma contextualização sobre as principais tradições que levaram à influência da conceção jurídica da relação de trabalho, sendo elas a romana e a germânica. Num segundo plano, será estudado o objeto do Direito e o trabalhador enquanto sujeito do Direito. Será ainda examinada a harmonia existente entre subordinação e liberdade na ótica da relação do trabalho emergente da 'civilização' da empresa, que tem visto o seu papel, dentro da normatividade empresarial, crescer e dominar o mundo das relações de trabalho.

Adorno traz-nos uma análise do modo como o capitalismo influencia a economia, no entanto, a presente dissertação pretende a elaboração do estudo sobre a forma como o neoliberalismo influencia o Direito do Trabalho e por sua vez leva ao decaimento do Estado social na Europa.

Se olharmos através de uma lente cultural, podemos observar duas situações distintas: a primeira, que a cultura tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos, e a segunda, que essas alterações levam a que seja cada vez mais difícil falar de cultura sem fazer referência à globalização.

Desde a Antiguidade que podemos observar comportamentos humanos que podem ser considerados pequenos passos na direção de um processo de globalização cultural: desde a invenção da língua, aos Descobrimentos e atualmente à emergência da *internet*, todos esses passos promovem uma aproximação das sociedades, uma troca de impressões culturais, bem como estabelecem uma relação de comunicação entre os povos (Melo, 2002).

Se olharmos para a globalização cultural como um todo, ela faz parte intrínseca da história da humanidade, *"no entanto, ao longo do século XX, na sequência da revolução industrial e do desenvolvimento capitalista, a Globalização atingiu novos patamares."* (Campos et. Canavezes, 2007).

É o neoliberalismo que rege a UE e as políticas de comércio livre que tornam cada vez mais aliciante a perda da individualidade humana, pois esta leva à possibilidade de manter e promover uma cultura homogénea. É neste ponto que as empresas transnacionais líderes de mercado ganham terreno, na possibilidade de manipulação e introdução de uma cultura por elas pré-fabricada, uma cultura *fastfood* – o *McWorld*.

É através do entendimento da globalização que será possível conceptualizar a globalização cultural, de modo a ser exequível a elaboração de uma análise segundo os pressupostos já preconizados por Adorno.

No quarto e último capítulo, será explorada a evolução do Partij Voor De Vrijheid, partido de extrema-direita, que tem visto o seu crescimento na Holanda, Estado-membro da União Europeia. Vale relembrar que há menos de 70 anos a Holanda foi palco do terror imposto pelo regime nacionalista e ditatorial que se apoiava num regime de extrema-direita, levando a crer que os acontecimentos do passado não fincaram raízes na memória da Holanda e que o neoliberalismo influencia até os países que menos esperávamos.

2. Metodologia

Para materializar o objetivo desta dissertação, foi adotada a estratégia metodológica explicitada nas seguintes expressões: análise sob a ótica de Theodor Adorno da interligação entre neoliberalismo, homogeneização cultural e extremo nacionalismo, consequência direta do capitalismo. O problema é tratado pela ótica explicativa, viabilizando uma proposta de análise crítica.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, visto que o objetivo aqui buscado é gerar conhecimento de factos, dirigida à crítica de problemas específicos. Sob a ótica de Theodor Adorno, a narrativa exposta nas suas obras não aludia exclusivamente a factos históricos, mas a esclarecimentos dos acontecimentos contemporâneos à publicação destas.

É ainda qualitativa, porque se busca aqui analisar dados, casos concretos e bases estruturais da União Europeia, mas também analítica, porque objetiva identificar os fatores que determinaram ou contribuíram para a ocorrência desses fenómenos.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo utilizará a metodologia da análise literária do livro *Dialética do Esclarecimento*, do livro *Indústria Cultural e Sociedade* e do texto *A Teoria Freudiana e o Modelo Fascista de Propaganda*, do autor Theodor Adorno. Os livros e texto remetem para os problemas do esclarecimento, da indústria cultural e do ideal de líder fascista, respetivamente, contendo os conceitos basilares da presente dissertação.

Da mesma forma, o segundo capítulo pretende analisar a história da evolução económica da União Europeia, através do texto *O Aprofundamento da Crise Estrutural do Capitalismo e a Integração Capitalista Europeia*. O referido artigo originou uma

análise aprofundada dos efeitos do neoliberalismo, bem como do capitalismo na Europa e as suas implicações.

O neoliberalismo tem vindo a corroer as estruturas dos direitos dos trabalhadores, consequência da busca incessante pela otimização das taxas de lucro. Desta forma, será tratada a conceção jurídica de relação de trabalho na Europa, o trabalho como relação do Direito e a compatibilização entre subordinação e liberdade, a fim de aprofundar os temas, com base na obra *Critique du Droit du Travail* de Alain Supiot.

No terceiro capítulo, será analisada a globalização cultural, através do manual *Introdução à Globalização*, em que será elaborado o entendimento da importância da globalização como motor do capitalismo, bem como da homogeneização da cultura.

O quarto capítulo tem como metodologia a análise do estudo de caso do Partij Voor De Vrijheid, partido de extrema-direita holandês, à luz do modelo teórico elaborado no primeiro capítulo.

No final do mesmo capítulo, serão apresentadas as considerações finais, sendo retomada a ideia de interconexão entre os três fenómenos e sendo provado que embora a ideia de Estado mínimo promova o contrário, o neoliberalismo que impõe e promove a globalização, culminando na indústria cultural, é o mesmo que leva à emergência do extremo nacionalismo, proporcionando a reflexão sobre as ideias apresentadas na presente dissertação.

CAPÍTULO 1

MODELO DE ANÁLISE

A Escola de Frankfurt foi fundamental para a realização da presente dissertação, sendo que neste capítulo será analisada a influência da vida de Adorno, os seus conceitos basilares, bem como a importância do entendimento do capitalismo, sendo que este é a base fundamental da existência e continuidade da indústria cultural.

1.1. Theodor Adorno, de Frankfurt para o mundo

Theodor Ludwig Wiesengrund Adorno nasceu na Alemanha e foi um filósofo, sociólogo, musicólogo e compositor, sendo considerado um dos elementos-chave na Escola de Frankfurt, na teoria da crítica social. Foi sob as influências do neo-marxismo e de psicanalistas que desenvolveu teorias sobre o mecanismo de poder e de sociedade.

Desde cedo, Adorno desenvolveu um interesse contínuo em música clássica, que posteriormente foi transposto nas suas teses, e foi durante a sua infância que teve contacto com antissemitismo, tendo este tido uma grande influência no seu trabalho. A crítica à sociedade capitalista sempre foi uma ideia presente em todos os escritos de Adorno, sendo que este se dedicou a compreender os elementos característicos do mundo industrial moderno.

Graças à sua dupla formação musical e filosófica, Adorno é levado a tentar compreender qual o destino reservado à arte e à cultura nas sociedades modernas, cada vez mais dominadas pela racionalidade tecnológica. É tudo isto que o leva a criar na sua obra uma necessidade de teoria crítica, de modo a negar as correntes de pensamento que se encontram como contributo para a perpetuação das forças de dominação do ser humano.

Adorno, conjuntamente com outros teóricos da Escola de Frankfurt, desenvolveu a teoria filosófica da alienação de Karl Marx e aplicou-a a contextos socioculturais. A teoria de Marx foi posta em causa uma vez que, para estes autores, havia uma diferença entre capitalismo precoce, no qual a teoria de Marx era aplicável, e capitalismo avançado, no qual a teoria de Marx carecia de importância.

Adorno foi grandemente influenciado pela interpretação do pensamento de Karl Marx aos olhos de Walter Benjamin e conjuntamente com outros teóricos, nomeadamente

Horkheimer e Marcuse, desenvolveu o argumento que o capitalismo se torna cada vez mais enraizado na sociedade através do ataque à consciência revolucionária do indivíduo e da sua base de sentido crítico.

Adorno explora então temas relacionados com o capitalismo e os problemas que têm sido visíveis e crescentes desde a Revolução Industrial. O autor teoriza sobre os comportamentos humanos influenciados pela indústria capitalista, que ganha em criar indivíduos sem sentido crítico ou revolucionário, levando à decadência de setores como a arte, que espelha a decadência da autenticidade humana.

Desta forma, Theodor Adorno é o teórico ideal para explorar a minha dissertação, sendo que se tem por base a análise da interligação entre neoliberalismo, homogeneização cultural e extremo nacionalismo, consequência direta da ascensão do neoliberalismo presente na Europa. A sua contraditoriedade nada mais é do que um mito, sendo que a emergência de políticas protecionistas, bem como de partidos de extrema-direita na Europa, se mostram diretamente relacionadas com crescimento do neoliberalismo que, de forma ruidosa, tem cada vez mais influência no nosso mundo.

1.2. A Dialética do Esclarecimento:

Na *Dialética do Esclarecimento,* Adorno explorou de forma crítica as noções de modernidade, racionalidade e esclarecimento, sendo que a crítica foi disseminada à civilização moderna que se encontra enraizada nos pressupostos que regiam a antiguidade.

1.2.1. O conceito do Esclarecimento

Adorno considera que a causa última de alienação não se encontra na contradição presente nas formas capitalistas da economia ou no mito do anti-esclarecimento do totalitarismo, mas sim na ideia do próprio esclarecimento.

Adorno explica que a principal ideia do esclarecimento se encontra na libertação dos seres humanos da escravatura dos mitos, magia e outro tipo de forças irracionais que prendem os seres humanos no terror e no medo. Isto significa, então, que os seres humanos, ao serem esclarecidos, libertam-se da dominação de ideais supersticiosos. O conhecimento, que leva à libertação supramencionada, era considerado como o cerne, de modo a obter o controlo sobre fatores irracionais, a fim de obter o domínio sobre estes, e

deste modo estimular o progresso e racionalizar a civilização (Adorno e Horkheimer, 1972).

É nesta ideia que a civilização moderna é construída, na procura incessante pelo ideal de esclarecimento. Embora da civilização ocidental moderna se esperasse o espelhar desta racionalidade e ideal de esclarecimento, foi o antro de atividades bárbaras de terror, como o caso do antissemitismo vivido durante a Segunda Guerra Mundial. Foi esta conjuntura que levantou a questão de como tais atos bárbaros poderiam surgir em civilizações supostamente movidas pela razão e esclarecimento (Adorno e Horkheimer, 1972).

É confrontado com esta contradição que Adorno desenvolve a sua teoria de que não só estes atos são inconsistentes com o conceito de esclarecimento, demonstrando uma regressão à racionalidade baseada no mito, como são parte integrante da ideia de esclarecimento.

Isto acontece uma vez que os indivíduos, ao acreditarem que se encontram esclarecidos e livres da superstição, caem no engano do esforço utilitário e pragmático que os leva de volta à condição de indiferença pela natureza. É nesta ideia que assenta a visão autodestrutiva do esclarecimento: com o maior esclarecimento e domínio técnico dos seres humanos sobre a natureza, maior o nível de desigualdade social – ao invés da criação de um mundo mais justo como seria de esperar (Souza, 2011).

Se analisarmos com base na teoria económica, podemos ver espelhado que com o crescimento da capacidade de consumo e da melhoria das condições de vida da população, há uma diminuição da importância que os indivíduos dão à substância, levando a crer que o enriquecimento material teria como contrapartida o decaimento do espírito.

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal (Horkheimer & Adorno, 1947/1985, p. 19).

Isto é, ao acreditarem que o esclarecimento seria uma fonte de libertação da superstição e do medo, colocam de lado a consequência que adviria da criação de uma sociedade em que o espírito autocrítico e heterogéneo estava a ser posto em causa. Então, o esclarecimento, que salvou os burgueses, segundo Weber, dos constrangimentos feudalistas da Idade Média, e até mesmo tornou possível a evolução do ser humano, é o mesmo que leva à perda da autenticidade humana (Adorno e Horkheimer, 1972).

Assim, o esclarecimento, que libertava o indivíduo dos mitos, também tem como seu próprio produto a criação destes. Se pensarmos de forma lógica, os mitos também têm o seu carácter amplo e explicativo, que com o tempo se reforçou e se tornou doutrina. Isto é, por mais ilógicos que atualmente certos mitos possam parecer, na época, seriam considerados como esclarecimento de uma dada matéria. Por isso, o mesmo esclarecimento que deu origem à desmistificação de certos temas, também é o mesmo que os cria. O mito é então convertido em esclarecimento, e a natureza torna-se mera objetividade (Adorno e Horkheimer, 1972).

Há então uma aproximação entre o mito e o esclarecimento. A busca contínua pelo esclarecimento perpetua o caráter cíclico do mesmo: a repetição (princípio da imanência), uma reprodução contínua do que já existe, sendo que o que é diferente é igualado. É nesta ideia que Adorno justifica a submissão do indivíduo a uma classe reduzida de indivíduos, aquando da entrada numa sociedade cuja divisão e especialização de trabalho é crescente. Ao querermos romper as imposições da natureza, só nos encontramos cada vez mais sobre o seu domínio, e o mesmo acontece nas classes societárias, o ser humano, em última instância, encontra-se sujeito a si mesmo (Adorno e Horkheimer, 1972).

A "dialética do esclarecimento" proposta por Adorno expõe uma evolução cíclica do estado do conhecimento de cada umas das pessoas, em que progressivamente os indivíduos buscam cada vez mais esclarecimento. Nesse âmbito, e com a progressão tecnológica, existe um efeito retrógrado que leva a que ou novos mitos se formem perante o desconhecimento de que o esclarecido se apercebe ter, ou que a falta de instrução transforme progressivamente o esclarecimento numa doutrina que não se contesta e, eventualmente, que não se explica – i.e., segundo Adorno, um mito.

Este movimento regressivo leva a uma padronização do conhecimento ou dos gostos, consequente à falta de autonomia nas pessoas nos campos que se expõem a esta dialética. Para Adorno, o esclarecimento em nada difere do pensamento mítico, pois ele só existe como forma de defesa narcisística perante a angústia que o indivíduo sente em relação ao desconhecido, tornando-se em si uma própria ilusão. Sendo este o paradoxo que reside com mais ênfase no seu pensamento (Souza, 2011).

É então o progresso e a técnica, que advêm da divisão e especialização do trabalho, que levam o indivíduo a uma regressão no que toca ao esclarecimento, vendo-se dominado por si mesmo. É neste pensamento que Adorno abre as portas à compreensão da indústria cultural e da forma como impacta na vida dos indivíduos, de modo a que estes sejam meros peões nas mãos de classes minoritárias que ditam as regras do jogo.

1.3. Industrialização Cultural:

A indústria cultural encontra-se intrinsecamente ligada a dois fatores: a Revolução Industrial e o sistema capitalista. Foi através da Revolução Industrial que o sistema de capitalismo avançado começou a tomar forma pela Europa e pelo mundo, tornando possível a introdução do conceito de indústria cultural. Desta forma, torna-se imprescindível o entendimento da Revolução Industrial e de capitalismo para que seja possível compreender as críticas tecidas pelo autor.

1.3.1. Enquadramento histórico

Para entender a industrialização cultural, é necessário compreender duas situações distintas: a Revolução Industrial, o ato que providenciou posteriormente a industrialização da cultura, e o sistema capitalista, a ideologia económica por detrás da industrialização cultural. Sendo a industrialização cultural uma consequência da ideologia capitalista que nos rege, e o capitalismo uma consequência da Revolução Industrial, é necessário entender a ligação causal entre elas, de modo a compreender as críticas societárias apresentadas pelo autor.

Adam Smith, através da sua crítica ao mercantilismo e das suas ideias referentes ao mercado livre, abriu as portas ao capitalismo. Este considerava que o mercantilismo não era uma força de desenvolvimento e de mudança, mas sim um sistema económico regressivo que estava por detrás da criação de desequilíbrios entre Estados, evitando o seu avanço. A ideia do sistema capitalista era baseada no conceito em que o tempo de trabalho é convertido em lucro e depois em capital, sendo que o tempo de trabalho pertence ao trabalhador e o capital ao burguês (Boulder et al, 1993).

O capitalismo é um sistema económico que é caracterizado pela intervenção em peso do setor privado nos meios de produção, com especial ênfase no setor industrial. Está dependente da execução de direitos da propriedade privada, que vão providenciar incentivos de investimento. Em termos funcionais, o capitalismo é considerado um processo no qual os problemas de produção económica e de distribuição de recursos podem ser resolvidos. É um sistema económico, contrariamente ao feudalismo e o socialismo, que planeia as suas decisões económicas de forma descentralizada e através de decisões voluntárias.

As ideias de Adam Smith tiveram um grande impacto, uma vez que emergiram no início do surgimento da Revolução Industrial. Revolução essa que iria mudar a ordem económica e social do mundo.

A Revolução Industrial viu o seu início no final do século XVIII, em Inglaterra, com o início da utilização das máquinas a fim de tornar a produção de bens mais eficiente e rápida, baixando os custos de produção, aumentando consequentemente o lucro. Deste modo, houve uma aposta por parte de empresários nas indústrias, levando à disseminação de fábricas por Inglaterra.

Quanto maior o comércio, maior a concorrência e, de modo a acabar com a concorrência, foi criada a necessidade, nos burgueses ingleses, de apostar no aperfeiçoamento das indústrias, de forma a obter menores custos de produção. Foi na busca incansável pela redução dos custos de produção que os artesãos viram a sua ruína, deparados com a impossibilidade de competir contra as indústrias que faziam o seu trabalho de forma mais rápida e eficaz. Foi a necessidade de subsistência que levou os artesãos, sem escolha, e os camponeses a trabalhar nas fábricas, criando, assim, uma nova classe social: o proletariado.

A conjuntura ideológica da época, que dava primazia à valorização da ciência, da liberdade individual e da crença no progresso, e o investimento do governo inglês na educação incentivaram a aposta na tecnologia e consequentemente no desenvolvimento da indústria, que, graças à marinha inglesa e ao início da utilização de comboios, foi disseminada pela Europa e pelo mundo.

A Revolução Industrial originou um grande volume de negócios e de fabrico de uma enorme variedade de bens, o que aumentou de forma substancial o nível de vida de uma grande parte da população, especificamente a classe média e alta. No que toca à classe baixa e ao proletariado, a vida continuou a ser uma luta, os salários nas fábricas eram baixos e as condições de trabalho precárias e perigosas. Os trabalhadores com baixa qualificação trabalhavam sob baixas condições de segurança e eram facilmente substituíveis (Boulder, 2011). As crianças eram parte da população ativa de trabalho nas fábricas, trabalhavam durante longas horas e faziam todo o tipo de tarefas, tais como a limpeza da maquinaria. No início de 1860, era estimado que cerca de um quinto dos trabalhadores na indústria têxtil britânica tivesse menos de 15 anos.

A industrialização, processo consequente da Revolução Industrial, significaria a substituição do trabalho humano pela maquinaria. A sobrevalorização do capital, em detrimento da vida humana, das condições mínimas de trabalho e até dos direitos

humanos abriu espaço para o reforço do sistema capitalista, ideia que tem predominado nos tempos modernos.

A Revolução Industrial e a ascensão do sistema capitalista foram não só um marco importante na história mas também um acontecimento fulcral para a criação da teoria de Adorno que é baseada na produção industrial de cultura, graças à cultura de consumo imposta pelo sistema capitalista.

Deste modo, para compreender a teoria de Adorno, há conceitos-chave que não podem ser ignorados, tais como Cultura de Massas e Industrialização Cultural que serão operacionalizados nos capítulos seguintes.

1.3.2. Cultura de Massas, um subproduto do capitalismo emergente

A cultura de massas é atualmente considerada um subproduto da indústria cultural, tendo como fim a homogeneização das massas no que toca à criatividade e autenticidade, características inerentes ao ser humano.

O conceito de cultura de massas é considerado um conceito moderno, que foi primeiramente utilizado no século XIX, sendo que nessa época era empregado para fazer o antagonismo entre a educação recebida pelas massas e a educação recebida pelas elites, considerada a cultura erudita. O conceito como o conhecemos foi consolidado na conjuntura do Pós-Segunda Guerra, ascendendo com uma natureza comercial e manipulativa.

A cultura de massas é então um produto padronizado e pré-definido para o consumo imediato, considerado muitas vezes como algo trivial, que visa a promoção do entretenimento e da estética em detrimento do conhecimento e da substância. Esta padronização leva à criação de desejos e necessidades superficiais nos espectadores, tendo como meta as vendas e o consumo – produto do mundo capitalista.

Há uma substituição da cultura considerada erudita, popular e folclórica, por uma simulação desta cultura autêntica, sendo o seu fim a obtenção da satisfação de um consumidor único. Ao criar um consumidor único, há uma simplificação das culturas supramencionadas, a fim de vendê-las em grande escala, seguindo a lógica do capitalismo industrial e financeiro, explicado no capítulo anterior.

É consideravelmente mais barato produzir em massa, como foi descoberto durante a Revolução Industrial, deste modo, é mais rentável ter 10 000 indivíduos com as mesmas necessidades, do que ter 5 indivíduos com diferentes necessidades para satisfazer.

Fazendo as proporções a nível mundial, vêm-nos à cabeça milhares de milhões de euros que podem ser poupados ao atingir esta padronização.

A cultura de massas agrada à maioria dos consumidores, tendo um caráter mercantil, alienante e manipulador. Há uma valorização pela padronização comportamental e criativa do indivíduo em detrimento do valor real do produto artístico. Deixamos de avaliar o conteúdo e as suas características únicas e passamos a avaliar a parte que nos diz qual o produto que terá um melhor desempenho a satisfazer os desejos e necessidades do número máximo de indivíduos possível.

1.3.3. Da cultura de Massas à Industrialização Cultural

Bases da Teoria de Adorno

Para compreender a profanação da autenticidade humana e a padronização da mesma de modo a criar uma cultura única, possível de industrializar, é necessário compreender as bases da teoria de Adorno. Estas bases teóricas são fundamentais para entender o seu pensamento e o seu sentido crítico relativamente à sociedade criada pelo sistema capitalista.

As bases teóricas de Adorno são feitas através de exemplos baseados na música, tema bastante conhecido pelo autor, como foi referido anteriormente.

1.3.3.1. Todos os artefactos humanos consistem em materializações do trabalho

Segundo Adorno, os artefactos são considerados o resultado da incorporação do trabalho e da revelação da sua intenção. É através disto que se consegue obter o seu valor de troca, que está diretamente dependente da sua utilidade. Os artefactos são então considerados como o resultado da materialização do trabalho – produto do mesmo -, é o valor de uso ou a sua utilidade que têm como fim de servir uma necessidade, seja ela singular ou coletiva, ou até mesmo um sentido estético.

Os artefactos podem ser divididos em dois tipos, os úteis e os de significado. Os artefactos úteis são objetos que têm uma finalidade exclusiva, ou quase exclusiva, sendo o exemplo dado pelo autor a lenha. Os artefactos de significado, como é o caso dos livros, têm uma utilidade ampla, não têm uma utilidade apenas de ler, há muito mais que a leitura de um livro pode provocar num ser humano, desde sentimentos a emoções, tendo um

significado e não apenas uma utilidade (Adorno e Horkheimer, 1972). O problema apresentado no trabalho recai sobre os últimos.

A cultura de massas absorveu os produtos culturais, tornando-os cada vez mais intercambiais, sendo que, uma vez dentro do mundo capitalista, acontece a perda do seu significado e da sua essência. Este fenómeno recai sobre o problema da utilidade do objeto: se o valor de um objeto é determinado pela sua utilidade, o valor de um produto cultural cai e perde a sua essência, pois o que está na sua base é o seu significado e não a sua função.

O produto cultural, artefacto de significado, cai no círculo vicioso do valor de troca, deixando de ser avaliado pelas suas qualidades reais enquanto produto cultural, passando a ser baseado no seu valor de troca, que significa o seu preço de mercado. Desta forma, cria-se um fetichismo de mercadoria em volta dos bens culturais, que perdem deste modo a sua autenticidade, a sua unicidade e o seu significado real.

O produto cultural não passa de uma mercadoria que tem um valor de troca associado. Deixa assim de promover a sua autenticidade, valor indeterminado que prove a singularidade presente na arte.

1.3.3.2. Repetição enquanto característica essencial da indústria cultural

Adorno utiliza a música enquanto metáfora para a compreensão do segundo ponto da sua base teórica. Refere dois tipos de música, a Popular, cuja característica principal é a padronização, em que existe uma relação de dialética, na qual, a totalidade é constituída pela inter-relação orgânica das partes, sendo que estas podem ser mudadas de sítio, pois o todo funciona perfeitamente bem na mesma; e a Séria, cuja intercambialidade das partes não é possível, pois se um detalhe é omitido, o resultado pretendido é perdido. Isto é, cada parte da música é importante para a sua composição, cuja combinação de notas está num determinado sítio propositadamente, levando à perda do seu propósito se houver uma alteração desta sequência (Adorno, 1941).

A repetição é uma consequência da produção cultural e dos processos padronizados e repetitivos da indústria capitalista, patrocinada pelos monopólios. A industrialização cultural leva à padronização do comportamento do público, sendo que os produtos culturais representam a não existência de nenhum pensamento independente por parte dos indivíduos, em vez disso, o produto cultural prescreve todas as suas reações.

Isto significa então que a indústria cultural beneficia em grande escala da falta de autonomia dos indivíduos no que toca às suas capacidades, ou à utilização das suas capacidades cognitivas. Um indivíduo que não tem a necessidade de pensar é um indivíduo que mais facilmente estará apto a seguir as massas sem questionar o porquê das suas decisões (Adorno e Horkheimer, 1972).

O ser humano, enquanto membro de uma espécie, foi tornado numa realidade única pela industrialização cultural. Agora uma pessoa significa apenas os atributos pelos quais pode ser substituído por todos os outros, tornando os seres humanos dispensáveis, o que leva à perda da autenticidade humana. A estandardização depende da espontaneidade da audiência e promove reflexos condicionados, atitudes limitadas. Atitudes estas que podem ser previstas e controladas pelas grandes indústrias, que manipulam sem qualquer medo os indivíduos. Tanto o indivíduo como a cultura perdem significado graças ao sistema capitalista (Adorno e Horkheimer, 1972).

1.3.3.3 A padronização é tecnologicamente determinada

A identidade cultural das massas pode ser explicada em termos tecnológicos, uma vez que a tecnologia atinge o seu poder através dos monopólios e das grandes corporações. São estas elites que controlam as massas, que comparativamente são consideradas mais fracas. A padronização cultural não é então uma consequência da produção de massa.

É necessário ter cuidado no que toca à utilização da palavra "indústria" na expressão "indústria cultural", uma vez que esta não deve ser levada à letra. Deve antes ser interpretada como a padronização em si. A produção musical popular pode ser vista como uma indústria no que toca à sua promoção e distribuição, mas não mais do que isso. Uma vez que o resultado em si dessa mesma produção é considerado um ato individualista, no sentido da produção social (Adorno, 1941).

A padronização é então considerada uma necessidade de um consumo de massa. Olhando para a música popular como exemplo, esta deve atender a duas demandas quando é produzida: provocar estímulos no ouvinte; e cair na categoria a que o ouvinte musical inexperiente chamaria de música 'natural'.

O elemento-chave nesta correlação é a ideia de 'pseudoindividualização' da música em sim, pois é ela que mantém o ouvinte alienado e o que o impede de resistir à

padronização que o reduz ao nível animalista, fazendo-o esquecer que a música foi padronizada.

Isto quer então dizer que o indivíduo se identifica com a música através da 'pseudoindividualização' que este sente, cria uma relação com a música como se esta tivesse sido criada para ele, mantendo-se alienado e permitindo que a ideia de padronização se afaste da sua cabeça.

Sem este fator, a música popular, em termos de *marketing*, não poderia ser comercializada em massa com sucesso. Haveria demasiadas necessidades para satisfazer, impedindo a produção em massa da cultura musical (Adorno e Horkheimer, 1972), o que corresponderia a uma perda significativa no mercado musical.

1.3.3.4. Efeito isolador das massas

Segundo Adorno, os *media* têm um efeito isolador, incluindo a dimensão física. Um exemplo do dia-a-dia é a primazia do carro em detrimento da utilização dos transportes públicos, promove-se a comodidade e a rapidez, em detrimento da comunicação com o próximo e de passar tempo com outros seres humanos. As administrações modernas da sociedade capitalista, com os seus meios de comunicação eficazes, mantêm as pessoas afastadas da integração social. A comunicação estabelece a uniformização entre o ser humano, afastando-o.

De um modo lógico, não faria qualquer sentido os monopólios quererem interação entre seres humanos alienados pois, no fim de contas, eles perceberiam que algo não estaria bem. Ao promover a individualização egoísta dos indivíduos, a indústria cultural está apenas a garantir que consegue atingir os seus objetivos.

O exemplo utilizado pelo autor é o efeito da música popular. Esta tem dois efeitos possíveis: Primeiramente, promover a imprudência das massas (tese da distração), que está diretamente relacionada com o capitalismo. Este tipo de produção gera medo e insegurança (como o pensamento de desemprego e de guerra) e tem uma correlação não produtiva no entretenimento, ou seja, o relaxamento que não envolve esforço de concentração em tudo (Adorno e Horkheimer, 1972).

A distração é não só um pressuposto da música popular mas também um produto desta música – acalmar o ouvinte para a desatenção. Os ouvintes utilizam a música para se afastarem do mundo real, onde o que predomina é o medo, sendo que podem encontrar alguma paz interior no momento, pela desatenção criada pela música popular.

Em segundo lugar, fornecer o conteúdo do seu pensamento ao indivíduo. Esta é uma função ideológica para os ouvintes, sendo o meio pelo qual as massas alcançam algum ajuste psíquico nos mecanismos da vida atual. Há dois tipos de resposta que podem advir deste tipo de ouvintes: os obedientes e os emocionais (Adorno, 1941).

Os ouvintes obedientes são suscetíveis aos ajustes masoquistas do coletivismo autoritário, já os ouvintes emocionais consomem a música a fim de poderem chorar. Estes ouvintes são tomados pela expressão musical da frustração e não pela felicidade. A música permite aos ouvintes a confissão da sua infelicidade e reconcilia-os, por meio desta, com a libertação da sua independência social.

1.3.3.5. Industrialização Cultural

A industrialização cultural foi um conceito cunhado por Theodor Adorno e Max Horkheimer em 1979, no livro *Dialética do Conhecimento*, utilizado para descrever o fenómeno de como a cultura do capitalismo (sociedades capitalistas) funciona como uma indústria na produção estandardizada de produtos que leva à padronização dos indivíduos.

Designa o fazer cultural e artístico sob a lógica da produção industrial capitalista, sendo o foco o lucro e a idealização de produtos adaptados para o consumo de massas. Há a criação de ilusões padronizadas e extraídas da corrente cultural e artística, que são mercantilizadas sob o aspeto de produtos culturais que visam o lucro. Têm como intuito reproduzir os interesses das classes dominantes, legitimando-as e perpetuando-as socialmente (Adorno e Horkheimer, 1972).

Há a consciencialização, por parte de Adorno, de que a indústria cultural é associada ao capitalismo. Todas as formas de cultura, desde a literatura às músicas que tocam nos elevadores, se tornam parte do sistema de produção capitalista, apoderando-se não só dos meios económicos mas também dos meios culturais. Começando de forma gradual e subliminar, o capitalismo começa a disseminar as regras que regem a conjuntura do mundo atual, tanto de um ponto de vista económico como de um ponto de vista cultural.

De acordo com Adorno, estes produtos culturais não têm como fim apenas os lucros, mas também a produção de consumidores que se adaptam às necessidades do sistema capitalista. Há então uma alienação do consumidor, que se torna necessária à classe dominante, através da influência dos *media*, dando-lhe a sensação de medo e/ou

prazer que definem a sua noção de necessidade e o leva a criar ou aumentar o seu desejo de consumo.

A indústria cultural incapacita o indivíduo, levando-lhe a autonomia e a capacidade de decidir conscientemente, sendo influenciado pelo que vê. É distraído e levado a crer que está a tomar decisões autênticas, quando na verdade está apenas a fazer o que as ideias padronizadas dos *mass media* querem que ele faça (Adorno e Horkheimer, 1972). É então criada uma necessidade ilusória, uma vez que aquilo que nós percecionamos nem sempre vai ao encontro das nossas necessidades, mas sim das ideias propostas para a obtenção de uma sociedade padronizada. Estas situações levam à impossibilidade de uma transformação social, uma vez que as classes dominantes geram os gostos e os desejos das massas.

Ao submeter os consumidores à lógica da industrialização cultural, a classe dominante promove a alienação nas classes dominadas. A alienação é fundada através da racionalidade técnica que é utilizada pela industrialização cultural, instaurando o poder da mecanização sobre o ser humano, realizando uma sistemática e programada exploração de bens considerados culturais cuja única finalidade é o lucro. Há então uma integração vertical (da classe dominante para a classe dominada).

A industrialização cultural leva à produção de consumidores insaciáveis com o desejo de mais e mais, devido ao aperfeiçoamento tecnológico, o que permite que se perpetue o desejo da posse pela renovação científica. A cultura popular é então simplificada e falsificada de modo a tornar-se num produto consumível, provocando a decadência da originalidade na cultura e na arte (Adorno e Horkheimer, 1972).

O ser humano passa a ser apenas um veículo de produção de lucro, que as classes dominantes guiam conforme a sua necessidade. Há uma submissão inconsciente à cultura de massas, na qual o ser humano perde a sua autenticidade, importante para a continuidade da indústria cultural. É numa sociedade fraturada e manipulável que a globalização contínua a crescer, juntamente com o neoliberalismo e com o nacionalismo.

1.4. Modelo Fascista de Propaganda

"A formação imaginária de uma figura paterna onipotente e violenta, altamente capaz de transcender o pai real e, com isso, crescer até se tornar um ego coletivo"

(Adorno, 1951).

É do conhecimento geral que na arte argumentativa existem formas falaciosas de elaborar um argumento, como é o caso da *ad hominem*. Esta falácia da retórica é referente à construção argumentativa que tem em vista o desvio da atenção da proposição, objetivo e contexto da discussão em causa. O argumento assenta no desvio do foco para um elemento externo ao debate, sendo normalmente fundamentos relacionados com considerações pessoais do autor da argumentação. Embora este tipo argumentativo seja um fenómeno antigo, encontra-se bastante presente na atualidade.

O texto *A Teoria Freudiana e o Modelo Fascista de Propaganda*, escrito por Theodor Adorno, teve por base o livro *Psicologia de Massa e Análise do Ego*, publicado por Freud em 1922. O texto foi escrito em 1951, época em que sucedia um pico de emergência de regimes de extrema-direita, que Adorno chama de fascistas, que puseram em causa a democracia na Europa e no mundo.

Ao proceder a uma análise das lideranças fascistas, Adorno encontrou um "conjunto padrão, rigidamente delimitado" que chamou de "expedientes". A similaridade entre eles era tal que criavam um ponto de unicidade no qual *"as próprias falas são tão monótonas que a sua repetição sem fim é facilmente constatável, tão logo passamos a nos familiarizar com seu pequeno repertório de expedientes. Realmente, a reiteração constante e a escassez de ideias são os ingredientes indispensáveis de toda a técnica*" (Adorno, 1951). O padrão que se encontra presente no fascismo, e de certa forma utilizado como técnicas pelos mais diversos demagogos autoritários, tem como fim a criação de indivíduos que não sejam mais do que um mero membro do grupo.

A intolerância é então fundada na mobilização de um apoio popular em vista dos riscos da democracia e da pluralidade e, a despeito de acusado de arcaico, em que o arcaico não é uma recorrência, mas sim a sua reprodução através da sociedade. Embora seja fácil de confundir, não podemos definir as forças que lideram a rebelião fascista como uma quebra da ordem social existente, uma vez que vai muito mais além.

Os propósitos autoritários irracionais que estabelecem a propaganda fascista resultam da manifestação de um legado arcaico do sujeito que é desencadeado pelo modelo do líder, cuja imagem coincide com a ideia do pai primitivo, ameaçador e todo-poderoso.

Na sua teoria narcisista, Freud conceptualiza que a imagem de pai primitivo todo-poderoso tem de aparecer sempre aliada à ideia de que ele também é uma pessoa comum. Só assim é que se torna possível para os seus seguidores abandonarem o seu próprio ego ideal, substituindo-o pelo ego incorporado no líder fascista. Desta forma, o líder seria

como que a "*formação imaginária de uma figura paterna onipotente e violenta, altamente capaz de transcender o pai real e, com isso, crescer até se tornar um ego coletivo*" (Adorno, 1951). É importante ressaltar que não são os indivíduos que são primitivos, mas antes as suas atitudes que se demonstram opostas ao seu comportamento racional.

É através da teoria freudiana que vemos explicada a conversão da violência emocional em ações violentas. Trata-se de um fenómeno em que, nas hordas primitivas, o assassinato do pai não corresponde a algo imaginário, mas sim a uma realidade pré-histórica (Adorno, 1951). "*Em termos de teoria dinâmica, o ressurgimento desses traços deve ser entendido como resultado de um conflito: esse conceito ajuda a explicar algumas manifestações da mentalidade fascista que seria muito difícil de entender, sem a postulação de um antagonismo entre as várias forças psicológicas"* (Adorno, 1951).

Há um laço evidente de caráter libidinal entre as massas e o líder, até porque um dos princípios básicos da liderança fascista é alcançar a manutenção num nível inconsciente da energia libidinal de forma a conseguir *"desviar as suas manifestações para o caminho da consecução de objetivos políticos"* (Adorno, 1951).

A natureza da propaganda fascista tem um caráter psicológico graças aos objetivos irracionais presentes no autoritarismo que jamais poderiam ser alcançados através das convicções racionais. Só com o despertar das nossas heranças arcaicas é que conseguem atingir as metas determinadas.

Há então a criação do que Freud chama de "pequeno-grande homem", que não só comporta em si a omnipotência mas também a ideia de que é um homem comum, mais um no meio da multidão. É então o protótipo de um milagre social, pois o líder fascista vem incorporar o pai todo-poderoso, mas com a aparência de um homem comum. Segundo Adorno, é através da combinação dos dois elementos mencionados que existe a possibilidade da criação de um duplo desejo: o desejo do seguidor de se submeter à autoridade e o desejo de ele mesmo ser essa autoridade.

Adorno explica que:

> *"Nós amamos por causa da perfeição que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego e a que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta, a fim de satisfazer nosso narcisismo" (16). É precisamente essa idealização de si mesmo que o chefe fascista tenta promover em seus seguidores, no que é ajudado pela ideologia do Führer. As pessoas com que ele em geral têm de lidar vivenciam um conflito moderno característico; isto é, o conflito o ego, essa agência de autopreservação fortemente desenvolvida em sentido racional (17), e o constante*

> *fracasso em satisfazer suas demandas. O resultado desse conflito é o fortalecimento dos impulsos narcisistas, que só pode ser absorvido e satisfeito através da transferência parcial da libido narcisística para o objeto, ou seja, através da idealização."*

Adorno, 1951

É importante ter em pauta que tudo se ajusta à tendência do líder se parecer como a ampliação do sujeito. Eles começam a identificar o líder como o seu ideal, adquirindo amor por si próprio, mas sem todas as falhas e frustrações que arruínam a forma como o indivíduo se vê, que arruínam a perfeição que tentam alcançar de forma incessante. Transformam-se, assim, em caricaturas da verdadeira solidariedade consciente, utilizando padrões alicerçados na idealização, mas de um modo coletivo.

No entanto, o líder tem de ser naturalmente narcisista, pois ele tem de representar o ego dos indivíduos que o acompanham, daí até os complexos de inferioridade que encontramos presentes em muitos dos líderes fascistas. O líder é uma ampliação do ego dos seus seguidores.

A fórmula hitleriana *Verantwortung nach oben,, Autorität nach unten* (responsabilidade para com que está em cima, autoridade para com o que está embaixo) (Adorno, 1951) representa a interligação entre as estruturas hierárquicas e os desejos sadomasoquistas presentes no fascismo. É na ideia de esmagar os que estão por baixo que assentaram as perseguições das minorias fracas e desamparadas, tornando evidente que a dicotomia na ideia de "dentro e fora do grupo" comporta, ela também, uma natureza com um enorme grau de enraizamento.

> *"Nas antipatias e aversões indisfarçadas que as pessoas sentem por estranhos com quem têm de tratar, podemos identificar a expressão do amor a si mesmo, do narcisismo. Esse amor a si mesmo trabalha para a preservação do indivíduo e comporta-se como se a ocorrência de qualquer divergência de suas próprias linhas específicas de desenvolvimento envolvesse sua crítica e a exigência de sua alteração"*

Freud, 1922

Adorno cita Freud para explicar a forma como o padrão fascista se encontra em concordância com a estrutura primordial da demagogia na qual encontramos a gratificação (prazer dos indivíduos na sua rendição às massas); na intolerância de grupos,

encontram uma identidade diferente. É claro no exemplo fascista que o facto do indivíduo pertencer ao grupo lhe dá uma sensação de superioridade aos que não pertencem, e qualquer tipo de crítica ou silhueta de consciência é levado pelos membros do grupo como uma perda, o que desperta nos indivíduos uma raiva.

É na descoberta desta raiva, contra o que eles consideram que poderá a vir desmascarar os seus verdadeiros valores, que surge a hostilidade, típica de pessoas preconceituosas, contra todo o tipo de introspeção (Adorno, 1951).

Mas a presença da hostilidade também cria a intolerância interna, e de forma a não explodir dentro do grupo, é utilizado o truque da unidade. Ao expormos as diferenças dos outros, estamos a minimizar as diferenças internas (a polarização no conceito de "nós" *versus* "os outros"), o que nos leva a crer na ilusão de que estamos todos na mesma situação, quando isso não corresponde à realidade.

É de notar que as massas não nascem em rebanhos, são as características já mencionadas que as levam a seguir este caminho. Podemos então ter o entendimento de que o líder fascista nada mais é do que uma personificação do seu ego, em que para ele transpõem os seus ideias, e no qual, sem frustração, veem os seus objetivos e dores levados a cabo por outrem com quem se identificam.

É nos movimentos de extrema-direita que vemos que, afinal, não é o Estado que é violento, mas sim o indivíduo que pede esse tipo de intervenção do Estado. É ele que, através das suas necessidades e do seu ego, quer ver o seu líder fascista no controlo, para ver os seus desejos narcisistas nele espelhados.

A existência de um comportamento tribalista é algo que se manifesta desde o início das civilizações, pelo que não é um comportamento exclusivo do capitalismo. Cada época tem a sua forma de organização, na nossa sociedade de capitalismo, o Estado é o detentor do monopólio do poder, que deveria ser neutro, mas não o é.

O Estado tendencioso desfaz o mito de que a globalização afasta a ideia dos nacionalismos, uma vez que a conjuntura criada leva a um enfraquecimento do bem comum (providência). Esse Estado fortalece-se e fortalece cada vez que existem crises, uma vez que ele não promove a riqueza das nações, porque é o bem para todos, e o neoliberalismo começa a criar um fosso entre os ricos e os pobres.

Sendo o Estado imparcial, ele é uma comunidade, e é nessa comunidade que os pobres criam a sua identificação e é dele que pedem atitudes de violência. Isto é, a pobreza e descontentamento levam a que os cidadãos se identifiquem com a comunidade criada pelo Estado e que exijam dele uma imposição violenta.

Embora Adorno não tenha aprofundado a questão do racismo, através dos *colonial studies*, é impossível falar de nacionalismo sem falar de racismo e patriarcalismo. Pois se analisarmos a comunidade criada pelo Estado, esta vai excluir um grupo de pessoas (que cria essa raça).

A ascensão dos partidos nacionalistas nada mais é do que um grito de revolta por parte dos cidadãos, que querem uma ação violenta por parte do Estado, para verem os seus direitos defendidos. A identificação é com a comunidade e a solicitação do Estado é uma violência excessiva, que vai além do que a norma exigiria.

Para Benjamin, esta violência é definida como sendo um *"conceito relacional, que pode ser apresentado, definido e criticado a partir dessas relações e de suas respetivas polarizações"* (Kathib, 2020, p. 1877). Isto é, a justiça e o Direito só por si não são violentos, mas quando estes se relacionam moralmente, podemos ver a violência a ganhar forma e a torna-se uma força interveniente ativa.

A instauração do Direito ou de algum princípio ético deixa clara a sua fatalidade, pois para preconizar uma instauração requer que se vá contra um princípio já instaurado, isto significa, então, que o ato de instauração é ameaçado por outros atos de instauração. Dentro do paradigma de Estado, Benjamin distingue duas formas de violência, *"Toda violência como meio é ou instauradora ou mantenedora do direito"* (Benjamin, 2013, p. 136).

Sami Kathib (2020) analisa a primeira forma de violência como um *"ato constitutivo de estabelecer o poder através da violência, ou seja, o terror, a guerra ao terror, ou a "acumulação primitiva" capitalista (Marx)"*, enquanto a segunda forma de violência se encontra inserida nas instituições estatais. Benjamin dá então o nome de violência mítica a essas duas formas de violência, uma vez que *"a dialética intrínseca a elas conduz a uma lógica auto subversiva, autossustentável e, portanto, circular: qualquer ato destruidor do direito resulta em uma nova instauração [Setzung] do direito que tenta novamente se preservar violentamente*" (Kathib, 2020, p. 1879).

Temos então um Direito que pode ser o regulador de questões importantes, como a defesa da vida, ou até mesmo imposição de apoios sociais, mas da mesma forma que ele nos ajuda, também tem vindo, ao longo dos tempos, a ser *"uma camuflagem para brutalidades e a norma jurídica, uma norma da violência jurídica"* (Fischer-Lescano, 2015).

Então, podemos observar a forma como a violência exigida pela comunidade é algo que é demasiado, pois todas as normas são violentas. Então, quando unimos esta ação desmedida e violenta, por parte do Estado, com a emergência de um líder fascista, somos deparados com um grupo de pessoas que sente um desejo de direcionar essa violência para as pessoas que se encontram fora do grupo. Os indivíduos pedem uma violência que é direcionada aos estrangeiros, para os que não se identificam com eles, ou seja, que não pertencem à comunidade criada pelo Estado (nacionais).

CAPÍTULO 2

ANÁLISE DO NEOLIBERALISMO EUROPEU

Tendo esta dissertação como propósito a análise da interligação entre neoliberalismo, homogeneização cultural e extremo nacionalismo, enquanto consequência direta do capitalismo, este capítulo terá como objetivo o estudo do neoliberalismo, no qual se realizará a revisão da estrutura económica da UE, tal como se propôs na introdução, de modo a salientar os pressupostos neoliberais que a fundamentam e a prossecução do modelo neoliberal que ela procura, tanto na Europa como no resto do mundo.

É o peso que o neoliberalismo teve, e ainda tem no mundo atual, que cria a necessidade de estudo da relação de interligação que é a base da estrutura da investigação. Será elaborada uma análise da influência das políticas neoliberais no desmantelamento dos fundamentos jurídicos do Estado social, tal como analisado por Alain Supiot.

2.1. União Europeia – Uma base económica capitalista

Foi no seguimento dos trinta anos gloriosos que a ideia do capitalismo pós-cíclico começou a ganhar expressão, chegando a haver *"quem acreditasse na convergência dos sistemas, sustentando que deixara de fazer sentido falar do (e lutar pelo) socialismo como alternativa ao capitalismo, porque este era já um sistema misto, mais próximo do socialismo do que do capitalismo"* (Nunes, 2013).

Foi o rompimento unilateral, por parte da Administração Nixon, do acordado em Bretton Woods, criando a obrigação de passagem para o regime de câmbios flutuantes, bem como a primeira crise do petróleo (1973-1975), que fizeram cair por terra a ideia do capitalismo sem crises. *As "situações generalizadas de estagflação tornou claro que, no quadro de um capitalismo altamente monopolizado, podiam perfeitamente coexistir situações caraterizadas por taxas elevadas e crescentes de inflação e taxas de crescimento do produto próximas de zero ou mesmo negativas (acompanhadas de taxas de desemprego significativas)"* (Nunes, 2013).

A crise do petróleo clarificou também as tendências para a baixa da taxa de lucro, que vinham a tornar-se cada vez mais evidentes desde 1960, pilares das crises do capitalismo, tanto nessa época como atualmente.

De forma a combater a crise da metade da década de setenta, foi crescendo a chamada "revolução conservadora", influenciada por características da ideologia neoliberal, *"iniciada com o thatcherismo no Reino Unido (1979) e com a reaganomics nos EUA (1980), que marcam o início de um novo ciclo, em que a ideologia neoliberal se confirmou, também na esfera política, como a ideologia das classes dominantes, sob a liderança do capital financeiro"* (Nunes, 2013).

O Consenso de Washington surgiu, na mudança dos anos oitenta para os anos noventa, numa tentativa de colocar de lado o consenso keynesiano e procurar uma alternativa que fizesse mitigar a ameaçadora tendência no sentido da baixa taxa de lucro – que anunciava a crise estrutural do capitalismo. Foi no Consenso de Washington que se conseguiu a redução do impacto nacional na economia, isto é, a substituição de medidas protecionistas por medidas de livre concorrência. Estas medidas abriram as portas, não só ao fluxo de bens e serviços mas também ao capital.

Estes tempos marcavam o início da chamada globalização económica, caracterizada pelo aumento significativo das trocas comerciais e financeiras, dentro da economia internacional, integrada e sem fronteiras. Foi com base na influência de Thatcher e Reagan, com o desmembramento das economias centrais, a crise económica da década de 80,e a imposição de ajustes estruturais ao países não-industrializados que esta globalização teve o impulso necessário para que houvesse a necessidade de imposição de regras económicas internacionais, levando à crescente expansão do mercado global (Martine, 2005).

Foi com a criação e implementação do mercado único, através do Ato Único Europeu, 1986, que a "Europa" iniciou a sua jornada de submissão ao neoliberalismo. Que em 1992 se viria a consolidar, no Tratado de Maastricht, com a criação da União Económica e Monetária (UEM), o Euro como moeda única, o Banco Central Europeu (BCE) e com o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). Deixando clara a posição favorável e submissa da União Europeia às ideias do Consenso de Washington.

Na ideia da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, assente em bases de ação do Estado capitalista, foi-se, de forma lenta e gradual, reforçando os ideais neoliberais no Ocidente, promovendo a maior ditadura do século XXI – A ditadura do capital financeiro.

Esta ditadura é alicerçada numa política de globalização neoliberal, com caráter transnacional, em que há uma imposição de um mercado único de capitais à escala mundial

> *"assente na liberdade absoluta da circulação de capitais, na independência dos bancos centrais, na desregulamentação dos mercados financeiros (com a consagração do princípio da banca universal), na plena liberdade de criação de produtos financeiros derivados. É o reino do capitalismo de casino, porque estes são produtos virtuais, que servem apenas para ganhar dinheiro com a especulação; são capital puramente fictício, sem qualquer relação com a economia real e com as atividades produtivas, cujo valor é fixado em função dos ganhos que os 'apostadores' preveem que podem obter, chamando a si uma parte significativa da riqueza criada pela economia real."*
>
> *Nunes, 2013*

Como consequência da inexistência de controlo dos mercados financeiros e dos movimentos de capitais pelos Estados nacionais, houve uma crescente onda de fusões e aquisições de empresas financeiras. Conjuntura perigosa, pois coloca a governação do mundo sob um grupo restrito de empresas que criam o chamado mercado. Este mercado nada mais é do que o capital financeiro especulador, que vai não só contra o que foi pregado sobre o mercado livre mas também contra a própria a democracia.

Houve então um processo gradual e consistente da *financerização* da economia (Nunes, 2013), que não só impacta na disseminação dos fatores de risco (que afetam os mercados financeiros a nível global) mas também cria um risco sistémico, que pode levar ao desmoronamento do sistema financeiro à escala mundial, que teria consequências catastróficas para todas as economias do mundo.

Com a transição do capital produtivo para o capital especulativo, os recursos que outrora eram utilizados no capital produtivo foram lentamente migrando para o capital especulativo, levando à *"criação e destruição contínuas de capital fictício nos mercados financeiros. Desde o início dos anos 1970, as economias capitalistas sofreram mais crises do que em qualquer outro período."* (Nunes, 2013).

Foi em 1995 que os mercados globalizados nos abriram portas à sua primeira crise, tendo como estrela o peso mexicano. Com o sistema financeiro norte-americano tremido, os governantes não perderam tempo e correram para encontrar respostas aos problemas. Depararam com uma situação controversa, uma vez que nos encontramos nas mãos dos especuladores, que representam uma pandemia mundial denominada por Jacques Chirac de "sida da economia mundial".

O capital financeiro encontrou uma forma autónoma de fazer dinheiro: através do investimento na especulação. Eles vivem às custas da saúde económica das empresas do setor produtivo, que, segundo Nunes (2013), não passam de meras fichas em jogos de casino. É nesta base que assenta a ideia de capitalismo de casino, na aposta especulativa do capital financeiro em empresas, que podem ou não singrar, mas elevam o capital nos bolsos dos especuladores.

Estes investimentos por parte dos detentores de capital valorizam os investimentos e enriquecimento de curto prazo, tornando os investimentos de médio e longo prazo cada vez mais desvalorizados, o que aparece como justificação bastante plausível para a desindustrialização que os grandes países capitalistas têm vindo a sofrer.

O capital financeiro vem gradualmente criando movimentos de desinvestimento no capital produtivo, aproveitando-se das mais-valias criadas pela economia real. A desvalorização dos investimentos de médio e longo prazo leva ao desinvestimento da produção e inovação, que por sua vez leva a uma menor criação de emprego e a uma necessidade de cortes financeiros, como, por exemplo, cortes salariais, para tornar a empresa mais rentável, contornando o aumento de encargos financeiros e as baixas taxas de lucro, cada vez mais acentuadas quando comparadas com atividades do foro financeiro.

Desde a primeira crise capitalista que estas tendem a acontecer e com consequências cada vez mais graves para o mundo, sendo a tendência para mitigar as consequências das crises a sacrificação dos rendimentos e direitos dos trabalhadores, dentro dos limites mínimos e aceitáveis, numa visão do politicamente correto, e na exploração dos mesmos de forma assegurar mais-valia (de onde sai o lucro, o carvão da locomotiva capitalista).

O Estado capitalista levou às costas as medidas neoliberais, abrindo as portas a um mundo do trabalho cada vez mais precário, tornando os despedimentos cada vez menos morosos para as empresas, baixando os níveis salariais, aumentando as cargas horárias e ainda diminuindo o poder de compra dos cidadãos, *"em suma: no aumento do tempo de trabalho não pago*" (Nunes, 2013).

A guerra pela mão-de-obra mais barata nasceu, criando um mercado mundial da força trabalho, o que levou a uma feroz concorrência em todas as partes do mundo. Esta levou, por sua vez, a uma maior precarização, bem como exploração dos trabalhadores, que em muitos casos já tinham condições de trabalho deploráveis.

A Europa é um exemplo disso. Com a agregação dos países da Europa de Leste à União Europeia, criou-se o aumento das reservas de mão-de-obra, o que beneficiou as grandes empresas à escala mundial, aumentando a concorrência entre trabalhadores.

Ao olharmos para a política de globalização neoliberal, tendo sempre em mente que o capitalismo contemporâneo tem como *modus operandi* a *finenceirização* da economia, esta tem vindo a ser acompanhada, nos países industrializados,

> *"pela internacionalização de muitas empresas industriais, i.é, pela deslocalização de muitas delas (acompanhada da exportação de capitais) para países com mão-de-obra barata e sem direitos (China, Índia, Indonésia, Bangladesh e outros países do chamado 'Terceiro Mundo'), o que se traduziu em acentuada desindustrialização dos países 'desenvolvidos' com profundas alterações na estrutura da produção e do emprego e com repercussões em termos de reforço da debilidade das estruturas produtivas dos países 'dominantes'"*
>
> Nunes, 2013

Esta conjuntura criada pelo capitalismo contemporâneo tem deixado cada vez mais claras as políticas que promovem a instabilidade de trabalho, bem como os níveis salariais, os direitos sociais dos trabalhadores, dos países industrializados. Isto leva à criação e perpetuação de problemas estruturais, como é o caso dos pobres que trabalham, ganham salário, mas este é tão precário que não conseguem sair da situação de pobreza. Esta conjuntura é perigosa, aumentando as desigualdades socias e criando espaço para a ocorrência de novas crises cíclicas.

Segundo dados do FMI (outono de 2010), em 2009, as políticas neoliberais eliminaram 30 milhões de postos de trabalho à escala mundial, sendo que 1530 milhões dos trabalhadores desenvolvem as suas atividades em condições de precariedade. Ou seja, são números que correspondem à situação real que temos vindo a viver e que se tornam cada vez mais difíceis de ignorar.

Filipe González, presidente do Grupo de Reflexão, no âmbito do Conselho Europeu, chegou à conclusão de que "*pela primeira vez na história recente da Europa, existe um temor generalizado de que as crianças de hoje terão uma situação menos confortável do que a geração dos seus pais*". Se voltarmos aos números, podemos ver que na Europa do capital que temos vindo a criar, um a cada quatro jovens não encontra trabalho.

Uma vez que as políticas neoliberais limitam o poder de compra dos trabalhadores, como alternativa, nasceu a chamada economia de crédito. O sistema começou a ceder de forma desmedida várias modalidades de crédito, ajudando de forma perversa as famílias a gastar o que não tinham.

Nos EUA, o capital financeiro concluiu que para garantir que tinha lucro, as pessoas de classe média não chegavam, então era necessário o envolvimento dos pobres nestas cedências de créditos. Começou uma onda de empréstimos *subprime*, na qual todas as regras e garantias obrigatórias para cobrir o risco eram desconsideradas, sendo cedidos empréstimos até a pessoas desempregadas.

Claro que em pouco tempo se instaurou uma crise no mercado interbancário, uma vez que os bancos, conhecendo as atrocidades que conheciam, suspenderam as operações de créditos entre eles, o que colmatou no aumento das taxas de juro e uma desaceleração da economia.

Ao analisarmos as crises provocadas sob a vigência de um mundo neoliberal, deparamos com as debilidades e contradições que o sistema económico abarca. Um sistema que não existe sem fluxos de desemprego recorrentes, destruição de capital, que só consegue sobreviver através da exploração dos trabalhadores, como forma de redimir as baixas taxas de lucro, não pode representar um sistema favorável nem para o trabalhador, nem para o Estado.

Se explorarmos a história do capitalismo, são evidentes que os períodos de crescimento económico e desenvolvimento social coincidem com os momentos em que os trabalhadores tinham estabilidade no trabalho, boas condições salariais e por consequência um maior poder de compra. Conjuntura bastante díspar do que tem vindo a surgir nas últimas décadas, em que testemunhamos um severo agravamento da exploração dos trabalhadores, o que leva a uma *"sobrecapitalização e de sobreprodução, cada vez mais frequentes, mais profundas e mais dilatadas no tempo, ao mesmo tempo que se vem tornando cada vez mais difícil para o capital recuperar os adiantamentos feitos na aquisição de equipamentos muito caros"* (Nunes, 2013).

A base do capitalismo assenta na exploração do trabalho assalariado, porque gera mais-valia, de onde vem o lucro. O problema é que para alcançar a mais-valia através do trabalho produtivo são necessárias duas coisas: que os bens sejam vendidos a um preço compensador e crescimento de procura agregada. No entanto, esta procura agregada exige um aumento de poder de compra por parte dos trabalhadores, de forma a ser possível o acompanhamento do ritmo de acumulação do capital.

Com a consolidação do mercado interno e a construção da União Económica e Monetária, houve consequentemente perda de soberania por parte dos Estados-membros em diversas áreas. A alienação do setor empresarial do Estado tem retirado a possibilidade de os Estados nacionais atuarem diretamente na economia, o que vem a prejudicar a atuação do Estado em pontos considerados estratégicos, e que afetam outros setores da atividade económica.

No entanto, as competências não são transferidas do Estado para a UE, elas são absorvidas pelos mercados, que se regem na totalidade pela burocracia de Bruxelas, que se apresenta como a figura líder do neoliberalismo e dos seus interesses.

É nesta realidade, na qual os Estados viram a sua soberania orçamental limitada, e a soberania cambial e monetária desintegrada, que os países do Euro têm sido alvo de confrontos no tocante às políticas de diminuição salarial e destruição do Estado social (que almejam contrariar as baixas taxas de lucro e fazer com que haja a garantia de mais-valia ao capital).

Quando a crise emergiu, houve a confirmação do que já tinha sido previsto: *"a UE não tem meios para se defender, não tem órgãos com competência política e com meios financeiros para definir políticas comunitárias que possam ser mobilizadas para ajudar os países mais fracos a ultrapassá-la, nem tem a cultura da solidariedade, sem a qual não se pode falar de um espaço político integrado"* (Nunes, 2013).

Ao observarmos atentamente, apesar do Tratado de Lisboa ter interesse em impor uma união política, o Parlamento, que de fundo político nada tem, e a Comissão Europeia nada mais é do que um órgão extremamente burocrático e sem capacidade de iniciativa. Por exclusão de partes, na Europa do capital, o governante é o capital financeiro e todos os seus agentes.

Ao analisarmos as particularidades da União Europeia, damos conta de que o BCE é responsável por duas funções primordiais: a emissão de moeda (embora não disponha de instrumentos para atuar contra as crises cíclicas) e a manutenção da estabilidade dos preços, não se olhando a meios para alcançar os fins. Isto é, a fim de manter a estabilidade, todas as outras políticas económicas devem ser sacrificadas, não havendo desemprego nem instabilidade que o valha.

A impossibilidade de emissão de moeda é um fator incapacitante para os Estados mais frágeis, o que leva ao aumento da dependência entre os mercados, pois são eles que cedem capital aos Estados, se assim o desejarem, e sob as condições que quiserem. Assim, temos uma conjuntura na qual todos dependem dos mercados, levando ao aumento de

forma exponencial do poder de mercado e do poder político do capital financeiro (Nunes, 2013).

O BCE e o Euro foram criados com o fim de consolidar o controlo das políticas económicas da União Europeia e dos seus Estados-membros, através do capital. A influência e 'soberania' do BCE tem sido utilizada com instrumento do mercado financeiro, na demanda de *financeirizar* a Europa, protegendo e levando a cabo os interesses do capital financeiro especulador.

A ideia proclamada pela UE de 2000, em que se apoiava e se almejava um crescimento económico e sustentável, nada mais é do que um mito, longe de ser concretizado e incompatível com os ideais neoliberais que se vêm dogmatizando ao longo dos anos. Os tratados da UE exaltam a necessidade de ter de aumentar a capacidade de concorrência da União Europeia, onde são promovidas políticas e reformas estruturais que assegurem mercados com boa capacidade de resiliência em detrimento da melhoria e segurança no trabalho.

Ao contrário do esperado com os ideais de cooperação e interajuda defendidos pela União Europeia, os países com economias mais fortes, como é o caso alemão, que "*vem desenvolvendo uma política de cariz mercantilista, apostada em conseguir o saldo positivo das suas contas à custa dos défices dos seus parceiros comerciais e empenhada em transferir para os restantes países da zona euro os custos da recuperação da economia alemã*" (Nunes, 2013). Esta situação cria uma instabilidade que leva a crer que a UEM não poderá aguentar por muito mais tempo as consequências destes atos, que levam a um caminho sem retorno.

A pobreza aparece como uma consequência comum e compreensível deste tipo de comportamento e que vem com um acréscimo: dificuldade de desenvolvimento e de progressão económica, situação desfavorável a todos os integrantes do mercado financeiro. O empobrecimento de um Estado representa mais do que a perda de poder de compra, representa a criação de uma privação da liberdade dos povos e a concentração de rendimento, o que leva ao aumento das desigualdades, consistindo num veneno que tem vindo a intoxicar a democracia vagarosamente.

No entanto, como forma de colmatar a pobreza, foram implementadas políticas de empobrecimento de caráter punitivo, denominadas de "austeridade". Esta forma de atuação, longe de qualquer compatibilidade com a democracia real, tem como objetivo melhorar a saúde económica do país através da imposição de medidas que tendem a aumentar a taxa de desemprego, a diminuição de cedência de apoios sociais, diminuição

dos salários e pensões. Ora, se não existir crescimento económico, a crise é inevitável, é óbvio que, sem crescimento, não se pode sair da crise, então, estas medidas apenas podem agravar os problemas de défice, de desemprego, de desigualdade e de pobreza.

O estabelecimento da *financeirização* do mercado leva ao foco de concentração das atenções na especulação, que se tornou a fonte de rendimento, em detrimento dos bens produzidos e, consequentemente, dos produtores desses bens, i.e., os trabalhadores. Perante este desvio de atenções por parte do mercado, a tensão instala-se entre as classes sociais. Os trabalhadores reagem contra a cumplicidade explícita ou tácita do Estado no estabelecimento de uma política que põe em causa o bem comum da população e, por isso, de um verdadeiro Estado de direito. Isto observa-se ou na tensão criada entre uma classe social e outra dentro de um povo, ou entre dois povos, quando um se vê irreversivelmente explorado por outro em função deste modelo económico. É a partir das políticas neoliberais que somos confrontados com o decaimento do Estado de direito social, que vai ser analisado no próximo capítulo.

2.1.1. Direito do trabalho e o neoliberalismo

Na obra *Critique du Droit du Travail*, Alain Supiot (1994) parte de uma análise histórica do Direito do Trabalho, e consequentemente de reflexos jurídicos, para elaborar a sua desconstrução, de modo a conseguir obter os princípios basilares que o regem.

O conceito de trabalho tem visto o seu significado alterado desde o Antigo Regime à atualidade. Outrora oriundo de uma etimologia ligada à dor e sofrimento (que se encontrava refletida na ideia de trabalho de parto), atualmente ele comporta uma relação de simbiose com o pensamento económico, que o leva a ser visto como um mercado. Há, então, um

> *"traço paralelo entre a invenção do trabalho e a invenção do desemprego, lógica cuja pedra fundamental é identificada na fórmula capitalista de racionalização sobre a base de cálculo, a redução de coisas e pessoas a números (SUPIOT, 1994, p.6), criticada de forma contundente por Karl Marx. Tal percepção permitiria conceber o trabalhador como um sujeito que aluga os seus serviços a outro sujeito através de um negócio, cujo objeto seria justamente o trabalho"*
>
> Portilho, 2014

Se refletirmos sobre esta ideia, podemos destrinçar duas visões económicas: a macroeconómica e microeconómica. Na primeira, temos o trabalho equiparado a um fator de produção, mas, na segunda, temos que o trabalho é observado *"como uma série de atos elementares sucessivos reduzidos a uma mesma unidade de tempo, possibilitando o cálculo de preços de venda, de rendimento e de lucro*" (Portilho, 2014), nada mais do que exemplificado pelo modelo taylorista.

Se seguirmos o raciocínio acima descrito, é de forma natural que concluímos que o Direito do Trabalho é aplicável cada vez que o trabalho é tratado como um bem, uma mercadoria, um objeto de negócio. No entanto, a grande dificuldade jurídica consiste em dissociar a pessoa do trabalhador, pois uma vez que o fator de pessoalidade se encontra presente no indivíduo, ele interfere na visualização do trabalho enquanto mercadoria (Supiot, 1994).

A visão de Supiot (1994), na sua crítica ao Direito do Trabalho, traz um enigma ao Direito que se materializa em duas interrogações: *"(i) o trabalho, que cria relacionamentos entre pessoas e coisas, é coisa ou pessoa? (ii) um homem livre pode ser submisso ao poder de um igual?"* (Portilho, 2014). São estes enigmas que testam as instituições que representam o ponto de partida da crítica ao Direito do Trabalho tecida por Allain Supiot.

2.1.1.1. Uma conceção europeia da analogia de trabalho: contrato vs. Estatuto

Na Europa, há duas tradições distintas que influenciaram o desenvolvimento da conceção da relação jurídica com o trabalho, a romana e a germânica, que serão estudadas ao longo do capítulo.

O Direito Romano torna-se essencial analisar para que seja possível desenvolver um entendimento entre a análise contratual da relação de trabalho presente nos Códigos Liberais. Na cultura romana, encontramos presentes dois *"institutos fundamentais a essa análise: (i) locatio hominis (variação da locação de coisas), segundo o qual um senhor concederia temporariamente a outro o uso de um escravo mediante retribuição; e (ii) locatio operarum, segundo o qual um homem livre se colocaria a serviço de outro voluntariamente"* (Portilho, 2014).

É de notar que o *locatio operarum* era considerado pelos Romanos uma sujeição da primeira pessoa livre à segunda, o que correspondia a um comprometimento da

liberdade do cidadão. É então o prisma contratual que prevalece e permeia a conceção jurídica, presente nos Códigos Liberais, influenciados pelos ideais da Revolução Francesa (Portilho, 2014). A mesma Revolução Francesa em que os burgueses almejavam a extinção de corporações de ofício, instituições em que a subordinação e hierarquização se encontravam bastante evidentes.

Portilho (2014) traz 3 pressupostos filosóficos que ajudam a explicar os pressupostos *locatio operarum* presentes nos Códigos Civis modernos: (i) o primado do individualismo jurídico; (ii) o princípio da autonomia da vontade; e (iii) a organização civilista das relações de trabalho.

Inicialmente, se analisarmos do ponto de vista contratual, a ideia de o sujeito ter a possibilidade de negociar a sua própria força de trabalho parece uma afirmação de liberdade individual, um passo para a igualdade formal. No entanto, na conceptualização moderna de propriedade, Hannah Arendt diz-nos:

> *"[…] a propriedade não constituía parte fixa e firmemente localizada no mundo, adquirida por seu detentor de uma maneira ou de outra, mas, ao contrário, tinha no próprio homem sua origem, na sua posse de um corpo e na indiscutível propriedade da força desse corpo, que Marx chamou de <<força de trabalho>>"*
>
> Arendt, 1993

Observamos então uma apropriação liberal da noção de locação de serviços baseada no Direito Romano, em que o trabalhador se objetifica num bem negociável que não preserva relação com a sua pessoa. Esta construção permite a regulação da relação de trabalho através de um vínculo contratual, que se demonstra compatível com os ideais liberais que vinham a ascender desde o século XVIII.

Paralelamente, a tradição germânica tem como base o Direito Medieval Alemão, em que as corporações de ofício se encontravam como partes estruturais do mesmo. Havia um contrato de vassalagem aliado ao trabalho servil, no qual o homem livre deliberadamente se colocava em contexto de submissão (vassalagem) a outro homem, que se responsabilizava pela garantia de proteção, ajuda e representação.

Numa linha mais radical, houve uma disseminação de repúdio à ideia do contrato como parte integrante da relação de trabalho, que seria vista como um viés comunitário. A ideia prevaleceu e dominou o pensamento alemão, o que levou ao surgimento de uma pergunta: *"como e até que ponto deveria ser reintroduzido o contrato no jogo da análise da relação de trabalho"?* (Supiot, 1994).

É entre estes dois pressupostos que os países europeus têm flutuado, numa compatibilização entre eles, no entanto, não se apresenta minimamente uniforme nem estável. No entanto, há que reter

> *"que tal compatibilização (trabalho como bem e objeto do direito – relacionada à vertente contratual/romana; e trabalhador como pessoa e sujeito de direito – atrelada à vertente germânica) é imperativa à atual qualificação do trabalho. A variação aqui será praticamente caso a caso, pois ora a balança poderá tender à ótica do trabalho, ora à do trabalhador."*
>
> Portilho, 2014

2.1.1.2. Trabalho: o objeto do Direito

O entendimento de trabalho enquanto objeto de Direito encontra-se cingida à correlação da relação de trabalho ao contrato, sendo que se encontram presentes o princípio da liberdade contratual e o caráter sinalagmático das prestações. O tratamento contratual leva à identificação do trabalho como um bem, no qual entram dois aspetos: a coisa e a pessoa, em que a primeira determina a segunda.

A 'coisa' é representada como uma mercadoria, e o papel da pessoa, neste caso, o trabalhador, é apenas o de negociar o bem (o seu trabalho). Mas se o trabalho é um bem, que se baseia na ideia de "*locação de coisas, qual seria a res específica*?" (Portilho, 2014). No caso de um contrato de locação automóvel, a *res* é, por exemplo, um carro, mas e no caso de locação de serviços? Assenta em que relação contratual? Allain Supiot considera que será a *res* particular sobre a qual o trabalhador outorga o uso, o seu corpo.

Na generalidade, a doutrina tende a defender que o objeto na relação contratual de trabalho é a obrigação que existe entre ambas as partes. Concretamente, assenta no binómio: prestação de trabalho – pagamento de salário (Portilho, 2014). Para Supiot, essa análise torna-se bastante superficial, não sendo possível uma análise real da relação contratual de trabalho. É necessário um desdobramento do estudo em mais dois aspetos: o objeto de cada parte envolvida e o objeto da prestação.

Para Supiot, o objeto de obrigação devida pelo trabalhador que normalmente é entendido como a prestação do trabalho é o seu corpo, já o objeto de obrigação por parte da entidade empregadora seria o pagamento dos salários. É conturbado na conjuntura que vivemos o corpo humano ser o centro da relação jurídica, uma vez que há um preconceito de que o corpo não pode ser reconhecido como algo comerciável.

No entanto, torna-se imperativo não reduzir o contrato de trabalho a um caráter meramente pessoal, uma vez que "*a pessoa física é o objeto da prestação do trabalhador assalariado e o corpo representa o meio obrigatório de realização das obrigações assumidas pelo trabalhador, formando a matéria do contrato*" (Portilho, 2014).

2.1.1.3. Trabalhador: o Sujeito do Direito

Quando tratamos a lógica de mercado, abrimos oportunidade para o reaparecimento de princípios não patrimoniais, no tocante ao valor do corpo correspondente à essência do trabalhador. E ao contrário do esperado, o Direito não vem efetivar essa rutura, vem antes contribuir para o aumento da segurança física do trabalhador, da segurança económica, que termina com o que Supiot chama de "identidade para o trabalho".

Quando analisamos a relação de trabalho, o trabalhador arrisca a sua saúde enquanto o empregador arrisca o seu capital. Sendo o corpo o objeto do contrato, o que afeta o corpo do trabalhador afeta o contrato de trabalho, sendo que este só pode ser lícito se o corpo se encontrar apto para o trabalho (a inaptidão ganha um caráter impeditivo ou limitante, ou seja, se o corpo não se encontrar apto, o contrato pode sofrer rutura ou ver os seus termos redefinidos).

No que respeita à segurança económica, há o pressuposto de que não importa apenas a segurança da saúde do trabalhador, mas que este consiga ter os meio necessários para manter a sua família e manter a sua força de trabalho (Portilho, 2014).

Pela conceção unicamente contratual da relação de trabalho, somos forçados a assumir que esta não consegue garantir a segurança do trabalhador, uma vez que responsabilizaria os riscos inerentes ao trabalho à pessoa (trabalhador). Pela análise da história, vemos que há uma construção lenta e gradual da partilha desses riscos, com o objetivo de assegurar ao trabalhador os meios necessários para garantir a sua subsistência.

Foi o desenvolvimento do Direito Social que levou à alteração da função do contrato "*inicialmente expressão de uma conceção puramente individual da relação de trabalho, o contrato se tornou ao longo dos anos o instrumento que permitiu a ascensão de um direito de trabalhadores definido coletivamente"* (Portilho, 2014). Essa transformação foi visível quando o pilar partilhado do Direito do Trabalho passa a ser o das relações jurídicas de dependência económicas. Esta nova realidade do Direito do

Trabalho leva a uma rejeição dos indivíduos que almejam dar prioridade à liberdade empresarial, em detrimento da segurança do trabalho. Supiot elabora uma reflexão crítica:

> *"Após contribuir para formar um forte sentimento de identificação coletiva e a cimentar a coletividade de trabalhadores, o direito do trabalho hoje participa de sua perda, pois tal identidade repousava sobre a unidade e a exclusividades de instituições e de direitos dos trabalhadores, dois pilares que atualmente se encontram rachados. Vítima do próprio sucesso, o direito do trabalho não é mais, ou ao menos apenas, direito dos trabalhadores."*
>
> Supiot, 1994

2.1.1.4. A relação entre: Subordinação e Liberdade

Atualmente, vemos que o Direito do Trabalho tem como epicentro o poder. Este poder é preconizado na relação de subordinação perpetuada no contrato de trabalho, em que passou de um caráter técnico de qualificação e ganhou o protagonismo – o contrato regula atualmente o poder que uma pessoa exerce sobre outra. Isto cria uma tensão entre o contrato, que promove a autonomia das partes, e a subordinação, que pressupõe a anulação dessa tal autonomia. O Direito do Trabalho constrói assim uma nova área coletiva, na qual torna possível que a liberdade e a subordinação sejam uma face da mesma moeda (Portilho, 2014).

A subordinação consiste numa relação de hierarquia e não de uma ideia de desigualdade. Enquanto a subordinação pressupõe uma relação de Direito, a desigualdade é instituída pelo Direito. A desigualdade é o cerne da hierarquia, princípio basilar da subordinação – pois funda a "*relação entre trabalhador e empregador construído sobre um princípio jurídico de desigualdade Verifica-se, de plano, uma espécie de entorse ao princípio da igualdade, fundamentado, porém, na livre autonomia daquele que se subordina*" (Portilho, 2014).

A autonomia da vontade individual torna-se uma justificação para a subordinação, e da força obrigatória de um contrato. O contrato deixa assim de ser visto como uma possibilidade e passa a ser visto como algo obrigatório.

Para Supiot, o Direito do Trabalho sempre teve como objetivo dar direitos ao trabalhador na sociedade empresarial, o que levou à legalização do poder exercido entre o empregador e o trabalhador. A conjuntura permitiu a emersão de uma segunda dimensão

da análise jurídica da relação de trabalho, em que os impasses da submissão voluntária foram ultrapassados e a ideia de submissão e liberdade emergem.

A busca por uma igualdade concreta, que salvaguardasse os quadros de análise social, levou à necessidade de intervenção do Estado na regulação contratual, criando uma ordem pública social. Esta ordem consiste na submissão dos contratos de trabalho a uma ordem pública de proteção, em que há uma compensação da submissão através da atribuição de direitos por ser trabalhador (Portilho, 2014). É uma forma compensatória de repor, através da liberdade coletiva, a liberdade individual que lhes é tirada. O problema consiste em que: *"liberdades coletivas nada mais são do que liberdades individuais de agir coletivamente"* (Supiot, 1994).

2.1.1.5. A chamada 'civilização' da empresa

É através da construção histórica que podemos encontrar a mesma razão de ser dentro do Direito Civil e do Direito do Trabalho: a regulação de relações sociais. A civilização da empresa concede a introdução dos princípios de liberdade e igualdade numa sociedade (com uma organização baseada na hierarquia e submissão).

A introdução da liberdade na empresa leva à criação de um espaço normativo, no qual esta pode ver os seus direitos desenvolvidos. "*Essa penetração do Estado de Direito na empresa opera uma mudança de seu estatuto na sociedade civil, que deixa de ser aquele de um espaço privativo onde o empregador exerce um poder sem limites e passa a ser o de um espaço juridicamente organizado"* (Portilho, 2014). Esta nova conjuntura cria uma forma de legitimidade que se encontra pautada da lei e é expressa nos direitos que começam a ser reconhecidos à sociedade empresarial (Direito da empresa e Direito que se aplica a ela).

A empresa como proveniência do Direito é concretizada pelos movimentos de flexibilização, em que há uma busca pela diminuição do poder das leis e regulamentos provenientes do Estado, de modo a que as empresas possam cada vez mais ser reguladas pelas suas próprias regras – o Estado dá o enquadramento legal, mas são as empresas que se autorregulam.

2.1.1.6. O Legal e o Normativo presente na Relação de Trabalho

As noções de lei e norma jurídica são recorrentemente consideradas equivalentes e é este um dos problemas que Supiot tenta resolver. É na desregulamentação ou

deslegalização (conceitos jurídicos) que podemos questionar a legitimidade da regra do Direito.

Supiot traz pela primeira vez na história do Direito a vertente sociológica, uma vez que o autor considera que o processo de legalização original foi originado através da observação de factos sociais e da revolta desses factos contra a ignorância existente no Direito Civil.

Desta forma, o Direito do Trabalho veio introduzir uma racionalidade diferente à ordem jurídica, mas que não se considera menos jurídica por isso. O Direito do Trabalho é tanto consequência de uma razão jurídica, como de uma razão social, sendo essa a particularidade que vem elucidar as ambiguidades presentes na ideia de *deslegalização* (Portilho, 2014).

Tanto o socialismo como o neoliberalismo utilizaram a *deslegalização* das relações de trabalho como seu instrumento. O socialismo, que se mostra oposto ao modelo liberal, crítica de forma veemente a ideia de Direito ligada ao liberalismo, uma vez que "*em uma sociedade onde não existem capitalistas, as leis que regem as relações entre capitalistas e trabalhadores não querem dizer nada. Não são violadas, são somente absurdas*" (Zinoviev *apud* Supiot, 1981).

Supiot (1994) considera que o Direito Socialista não passa de um desenvolvimento do Direito do Trabalho, em que a sua finalização representa um contrassenso, mas a sua retórica representa um caso de sucesso, utilizada pelos neoliberais no outro lado do projeto de *deslegalização* da relação de trabalho.

Os neoliberais utilizam-se do materialismo do Direito Social para tecer a sua crítica, contudo, Supiot considera que o argumento carece do mais importante: fundamentação jurídica. O Direito do Trabalho não tem em vista a fixação das necessidades materiais de cada trabalhador, mas sim oferecer instrumentos jurídicos de livre determinação desse contexto (Portilho, 2014). Para o autor,

> *"os dois projetos de decaimento do direito e de deslegalização tinham em comum o sonho de um mundo do trabalho pacificado onde cada um aceitaria sem reclamar o lugar que lhe fosse designado pela mão invisível do mercado ou pela mão visível de uma planificação integral. Seria uma utopia de ordem social onde a dominação não geraria tensões. Importa observar que por trás desses sonhos sempre paira o pesadelo da violência nua."*
>
> Supiot, 1994

No que concerne à norma, há uma necessidade de definição de que parte da relação deve ser regida por Direito do Trabalho, e que parte deve ser regida por Direito Social (ou seja, outros tipos de normatividade). Temos de partir do pressuposto que é impossível *"crer na legalidade e na normatividade como formas de organização da sociedade incompatíveis ou exclusivas uma da outra."* (Portilho, 2014), pois embora antagónicas, na prática, apresentam-se como complementares. A norma apresenta diversas formas, podendo ser técnicas, de conduta ou de gestão, nas quais os interesses dos trabalhadores, consumidores e produtores nem sempre se mostram convergentes.

As normas técnicas apresentam-se como unidimensionais, uma vez que só os produtores se encontram verdadeiramente representados, pois encontram-se encarregados de as redigir. Há então uma condicionante na norma técnica que a distingue da norma jurídica, uma vez que apresenta uma dimensão restritiva, pondo em questão a pessoa jurídica *"que não pode ser abandonado pelo direito nem diretamente (por referência às normas), nem indiretamente (por referência aos comitês de ética) ao poder dos cientistas ou técnicos"* (Portilho, 2014).

Nas normas de conduta, é o empregador que é a fonte do Direito na empresa (em função do exercício do poder patronal). O poder de gestão ganha um caráter normativo, uma vez que a entidade patronal não se limita a verbalizar as ordens, ela integra-as em textos. Combinam notas de determinações legislativas e regulamentares com determinações da empresa, deixando lugar à questão de qual o lugar do juiz de Direito. Para Supiot, esse é um problema que advém da interpretação da vontade, pois se tivermos a mesma pessoa que gere a empresa a regulamentar, apenas através da interpretação da sua vontade podemos entender as razões por detrás da norma.

Relativamente às normas de gestão, *"a referência implícita ou explícita às mesmas se tornou onipresente na confecção das leis"* (Portilho, 2014).

A conceção jurídica presente nas relações de trabalho existentes na Europa foi profundamente influenciada pelo Direito Romano, o que levou, com a emergência do liberalismo económico e político, à redução da prestação de trabalho como algo meramente mercantil. Pressuposto justificado através da ideia de que o trabalhador se encontraria apto à negociação da sua força de trabalho através da manifestação livre da sua vontade, supostamente semelhante à do empregador. Já as raízes germânicas do Direito do Trabalho baseavam-se numa ideia antiga colaboração pessoal e fidelidade recíproca (Portilho, 2014).

Com o tempo, os países europeus encontraram uma compatibilização entre os dois modelos: *"trabalho como bem e objeto do direito – relacionada à vertente contratual/romana; e trabalhador como pessoa e sujeito de direito – atrelada à vertente germânica"* (Portilho, 2014), presente nos dias de hoje.

A definição de objeto de Direito torna-se primordial, pois é através dele que é possível elencar a ideia de corpo do trabalhador à prestação e trabalho, tonando insuficientes as perspetivas que tentam dissociar esta ideia. Ao existir um contrato que não compreenda o caráter não patrimonial, quem fica em desvantagem é o trabalhador.

Com a existência de um contrato numa estrutura hierárquica, torna-se difícil preservar a liberdade do trabalhador, uma vez que se encontra a aceitar uma posição de submissão, mas, ao mesmo tempo, garantir as suas necessidades, extrapatrimoniais do corpo humano.

Ao submetermos o trabalhador sob a ótica de sujeito de direitos, este relaciona-se com questões de segurança, e a formação de identidade, tanto de forma coletiva como de forma individual. A coletividade, "*oferece uma alternativa e equilibra a equação entre liberdade e subordinação, pois nos aspectos em que o contrato individual de trabalho aprisiona o trabalhador, entendido sob a ótica da hipossuficiência frente ao empregador, a regulamentação estatal o liberta*" (Portilho, 2014).

A regulamentação estatal tem vindo de forma tendenciosa a permitir uma flexibilização que prejudica os trabalhadores. São as classes governativas que decidem o grau de proteção que o Estado dá aos trabalhadores, sendo estas influenciadas para seu próprio benefício.

Desta forma, o neoliberalismo contribuiu para o desmantelamento dos fundamentos jurídicos do Estado Social, no qual a mesma estrutura que nos dá a ideia de liberdade, nos aprisiona cada vez mais. A *financeirização* económica veio aumentar a *deslegalização*,e o interesse da entrada das empresas para o panorama normativo. Há uma desproteção dos trabalhadores, que tende a ser cada vez mais evidente e promovida pelo capital financeiro.

O Estado levou às costas as medidas neoliberais, que foram criando a oportunidade de emergência de um mundo do trabalho cada vez mais precário, tornando os despedimentos cada vez menos morosos para as empresas, diminuindo os níveis salariais, aumentando as cargas horárias e ainda diminuindo o poder de compra dos cidadãos (Nunes, 2013). O caráter de submissão sobrepõe-se à liberdade, e o Direito do Trabalho torna-se pouco eficaz na regulamentação das desigualdades crescentes.

CAPÍTULO 3

ANALISE DA GLOBALIZAÇÃO CULTURAL E *MCWORLD*, COMO CONSEQUÊNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A globalização é marcada por dois processos distintos, sendo que o antigo era determinado pela expansão e descoberta territorial (época dos Descobrimentos portugueses), e o processo contemporâneo tem como características a extensão das relações internacionais, levando a uma aproximação dos países e à criação de *"redes relacionais marcadas por uma relação de poder multilateral."* (Prelhaz, 2012).

Ao analisarmos a situação atual da cultura, podemos observar duas situações distintas, a primeira, que a cultura tem vindo a sofrer alterações ao longo dos tempos e que essas alterações levam a que seja cada vez mais difícil falar de cultura sem mencionar globalização.

Desde a Antiguidade que podemos observar comportamentos humanos que podem ser considerados pequenos passos na direção de um processo de globalização cultural: desde a invenção da língua, aos Descobrimentos e atualmente a *internet*, todos esses passos promovem uma aproximação das sociedades, uma troca de impressões culturais, bem como estabelecem uma relação de comunicação entre os povos (Melo, 2002).

Se olharmos para a globalização cultural como um todo, ela faz parte intrínseca da história da humanidade, *"no entanto, ao longo do século XX, na sequência da revolução industrial e do desenvolvimento capitalista, a Globalização atingiu novos patamares."* (Campos et. Canavezes, 2007).

O capítulo três terá então como objetivo a análise da homogeneização cultural, pois é através do entendimento da globalização que será possível conceptualizar a globalização cultural, de modo a ser possível elaborar uma análise segundo os pressupostos já preconizados por Adorno.

3.1. Compreensão da Globalização

A globalização tem vindo a prosperar desde 1985 e a reduzir, cada vez mais, a relevância das fronteiras nacionais no que toca à circulação de capital e de bens. A União Europeia (UE) é o exemplo disso, sendo uma união de países, cujas medidas económicas e financeiras são reguladas por tratados ratificados por todos os Estados, e que promove

a livre circulação de bens, capitais e pessoas, pelo espaço europeu, sendo um fator preponderante na concretização de uma globalização ocidental.

A visão dum mundo cada vez mais transfigurado parece ser uma opinião que é amplamente compartilhada. Muitos dos fenómenos que ocorrem nos mais equidistantes pontos do planeta parecem partilhar a mesma génese e são projetados num espaço aberto cada vez mais uniformizado e em crescente desenvolvimento, do qual as várias populações mundiais vão beber, moldando as suas vidas comuns por acontecimentos que ocorrem longe de onde existem. O impacto é de tal forma sem precedentes que se ressente nas mais "distintas" economias, culturas e políticas que se fundem num mundo cada vez mais entroncado através do rápido intercâmbio de informações, ideias, conhecimentos e de estratégias de investimento (Cochrane et al., 2004).

A autoridade do Estado-Nação, que possui fronteiras externas, fixas, reconhecidas e demarcadas, bem como uma uniformidade interna de domínio, parece, na visão de alguns autores, prostrar-se às forças globais que, aparentemente, dominam a ordem global. Este declínio da soberania é evidenciado especialmente pela perspetiva hiperglobalista que anuncia o fim do Estado-Nação tido como:

> "*an unnatural, even dysfunctional unit for organizing human activity and managing economic endeavour in a borderless world" (Ohmae, 1993: 78) preconizando esse tal mundo sem fronteiras salientando que "on the global economic map the lines that matter now are those defining what might be called 'region states'" (Idem, ibidem). Claro está, que tudo isto é posto em causa se virarmos o espetro da abordagem para a perspetiva cética, onde é advogado que a "rapid expansion of economic activity in the last 20 years is not so much the result of the 'quasinatural' forces of economic activity*"
>
> Wunderlich et al., 2007

Mas antes por medidas políticas ou, como Harrison (2004) aponta, por um "projeto neoliberal" no qual as instituições públicas ainda impõem e mantêm os mercados gerenciadores de recursos. Assoma importância para os defensores desta perspetiva que o Estado não só não entrou em declínio, como ainda se fortaleceu em resultado destas forças globais.

Independentemente da posição que possamos assumir, é importante reconhecer que a globalização está a mudar, a curto, médio ou longo prazo, as conceções tradicionais em torno da prática da soberania nacional, reduzindo a capacidade de os governos

imporem as próprias políticas, fazendo-se depender de ligações transfronteiriças estabelecidas pela força da integração regional, das organizações internacionais que exercem pressões claramente devolutivas, assim como de outros atores.

3.2. Globalização Cultural

A cultura enfrenta talvez uma das maiores disputas conceptuais jamais vistas, não faz sentido, no entanto, expor as milhares de aceções existentes de cultura, apenas basta lembrar aquelas que são as mais unânimes (embora suscetíveis a aperfeiçoamentos) na literatura académica, para que se possa desenvolver a questão na qual este conceito opera necessariamente. Em 1952, dois antropólogos peritos na área da cultura, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn, pegaram em centenas de definições de cultura para chegar à seguinte definição: *"Culture consists of- patterns, explicit and implicit, of and for behaviour acquired and transmitted by symbols, (…) ideas (…)values; culture systems may, on the one hand, be considered as products of action, on the other as conditioning elements of further action"* (Kroeber et al., 1952).

A cultura é, portanto, uma das formas mais visíveis em que parecemos vivenciar as inter-relações (acentuadas pelo movimento da globalização) entre as sociedades no nosso quotidiano, embora a globalização cultural levante vários debates, não é uma questão completamente direta.

Uma das complicadas questões que giram em torno da cultura e da globalização é a tensão entre a homogeneização cultural, da qual surge a tese da americanização e da mercantilização e a heterogeneização cultural. Esta tese da americanização aparece numa perspetiva de convergência ao sustentar que a globalização se trata dum processo pelo qual os Estados Unidos da América injetam e disseminam a sua influência económica e cultural pelo mundo (Wunderlich et al., 2007), através de gigantes multinacionais norte-americanas que instalam muitos dos seus fluxos globais, que tendem a crescer e a homogeneizar culturas a eles sujeitas, sugerindo assim que a globalização é, no fim de contas, vista como um sistema dinâmico de estruturas, instituições e da cultura da "modernidade ocidental" predominantemente associado à hegemonia política e económica norte-americana, reforçada essencialmente no Pós-Guerra Fria, que conduz necessariamente a uma noção de ocidentalização "*whereby the world is slowly being transformed to conform with American/Western values"* (Wunderlich et al. 2007, p. 31).

A esta diminuição das diferenças políticas, económicas e culturais está relacionado o conceito de imperialismo cultural de Schiller, no qual a perspetiva de convergência se extrema e se reafirma ao sair em defesa do diluimento das diferentes culturas com vista a personalizá-las e ajustá-las à imagem das sociedades poderosas e dominantes, portanto do Ocidente, por via da tal americanização do mundo que subjuga as culturas locais a uma cultura ocidental invasiva através de meios globalizantes (ex. aglomerados de sistemas de informação e multinacionais enormes), que se servem de um *glocal marketing* que promove um fetichismo do consumidor (ver Arjun Appadurai) e substitui particularidades dessas mesmas culturas "submissas".

Ainda que toda esta teorização possa ser equacionada, há autores que alegam que os influxos globalizantes podem ter um efeito perverso com o ressurgimento da cultura regional aliada a um sentimento de preservação da mesma, gerando assim uma rivalidade e conflito entre as diferenças culturais que são tidas como imutáveis, pois esta cultura global completamente desterritorializada esbate-se com uma cultura local localizada num espaço e tempo que oferece resistência étnica e a descarta por ser muitas vezes considerada uma criação dos média e dos grandes negócios: o diferencialismo.

À margem de qualquer perspetiva, paradoxalmente, enquanto o mundo parece tornar-se culturalmente mais singular, ele mostra-se, por outro lado, igualmente diverso, contudo, e como Arjun Appadurai (1996) defende, a homogeneização não significa necessariamente uma globalização da cultura, é antes um meio que é absorvido pelas *"economias políticas e culturais locais apenas para serem repatriadas como diálogos heterogéneos de soberania nacional, livre iniciativa e fundamentalismo"* (*Idem, ibidem*) e que acentua uma política global em que o diferente e o semelhante coabitam e se tentam destruir recíproca e simultaneamente.

3.3. *McWorld* europeu

Quando em 1996 George Ritzer cunha o termo *McDonaldization* para se referir à cultura de consumo norte-americana cada vez mais propagada para os países ocidentais (e em última análise, para o resto do mundo) através de um modelo irresistível que a multinacional McDonald's detém, abriu caminho para a ramificação de uma outra noção particularmente interessante desenvolvida por Benjamim Barber (2010) – *McWorld* - para se referir à expansão de um processo político e cultural unificado que parece ser ubíquo pelo mundo fora e transversal a tantas outras grandes multinacionais.

Na literatura internacional encontramos vários exemplos de aceções que sugerem um acolhimento das várias ideias americanas que triunfaram nas mais diversas áreas, especialmente ao longo do século XX, na Europa. Harm G. Schröter (2005) apresenta, na sua obra, três principais "ondas" nas quais esta americanização começa a "submergir" o continente europeu, nomeadamente através de *spill overs* económicos que não tardaram a evoluir e a contagiar outras áreas mais "resistentes", como por exemplo, a cultura. No que concerne ao aspeto cultural, esta americanização está elencada, de uma forma ou de outra, nos hábitos europeus mais básicos e que, apesar de haver uma tentativa de resposta a este "fenómeno", a circulação global de bens culturais tem aumentado substancialmente, quase seis vezes mais apenas entre 1970 e 1980 (Mackay, 2000).

Esta atração pela cultura popular americana pode ser explicada, segundo Fluck Winfried (2000), não só pela influência através das estratégias de *marketing* inteligentes de corporações multinacionais norte-americanas mas também porque fora pioneira em mesclar tradições europeias e africanas (ex. estilos musicais híbridos) com um potencial impacto numa audiência multicultural, o que permitiu gerar um lucro tentador das próprias indústrias de entretenimento. Os brutais desenvolvimentos tecnológicos, o acesso social, a alfabetização cultural e a autoformação expressiva em articulação com o imaginário originaram uma "contracultura" aos ideais vitorianos do século XIX, extremamente modernizada, visual e inclusiva. A arte performativa aliada ao elemento visual e auditivo "entusiasmou" o Ocidente com o bicho da novidade, conseguindo manter-se até aos dias em que a *internet* se encarrega de reforçar essas ligações modeladoras através do cinema e televisão norte-americana e a "vídeo-música" popular, que se mostram motores mundiais deste desenvolvimento cultural. Assim, esta americanização é uma projeção da modernidade, pois como nota John Tomlinson (*apud* Winfried, 2000), as culturas estão condenadas à modernidade, não apenas pelo processo de desenvolvimento económico, mas também pelo próprio processo humano de autodesenvolvimento e autorrealização que é moldado pela cultura que no mundo ocidental assume várias formas "populares" de difusão e consolidação.

Ao observarmos o fenómeno do *McWorld* europeu, podemos ver que, tal como Adorno previu, há uma cultura homogeneizada criada pelo capitalismo. É o capitalismo, guiado por princípios que se focam no *lucrum rei* em detrimento da *res lucrans*, que procura explorar a tendência da padronização das pessoas, em que ele se apercebe de um meio para o seu fim. De modo a otimizar então esse lucro, é preciso que o investimento no produto seja mínimo, e o seu alcance o maior possível. Torna-se isso possível através

de uma homogeneização do produto e de uma simplificação na qualidade, com vista à maximização tanto da quantidade da fonte de lucro (*res lucrans*) como do público que vai querer comprá-lo. Daqui nasce a Indústria Cultural de uma cultura de massas, personificada no *McWorld*.

Com esse fim em vista, o lucro sobrepõe-se ao produto, que se torna aos olhos dos investidores um meio dispendioso e não o fim procurado. O mercado é então mecanizado para continuar a maximização do lucro sem esse custo, o que se obtém pela *financeirização* do mercado, apoiada na política económica neoliberal.

Há assim uma homogeneização cultural que tende a ter uma força grande e um nível de disseminação cada vez maior e de forma cada vez mais eficaz. Com o mercado cultural nasceu um sentimento de pertença que levou ao nascimento de consumidores insaciáveis com o desejo de obter mais e mais, de forma indeterminada. Este desejo, aliado ao aperfeiçoamento tecnológico, leva à sua perpetuação e à criação do desejo da posse pela renovação científica – isto é, cada vez que há uma atualização tecnológica, o consumidor sente que o seu objeto atual está obsoleto, tendo necessidade de o atualizar pelo topo de gama, fazendo com que o seu consumismo seja influenciado pela renovação científica.

A cultura popular é então simplificada e falsificada de modo a tornar-se num produto consumível, provocando a decadência da originalidade na cultura e na arte (Adorno e Horkheimer, 1972), sendo reflexo da homogeneização da realidade do mundo atual.

É através da força da globalização que esta homogeneização é possível, e impulsionada pelo mercado financeiro que lucra com essa internacionalização da cultura. É sempre o caso de refletir, quando fazer dez camisolas diferentes sai mais caro do que fazer dez mil camisolas iguais, torna-se evidente a manipulação dos mercados em busca da industrialização de mais setores, e a cultura foi um deles.

CAPÍTULO 4

ESTUDO DE CASO

Vale relembrar que há menos de 70 anos a Holanda foi palco do regime nacionalista e ditatorial que protegia um regime de extrema-direita. Questões que levam a crer que os acontecimentos do passado não fincaram raízes na memória da Holanda e que o neoliberalismo cresce até nos países que menos esperávamos.

Tem sido visível, nos últimos tempos, a ascensão de partidos de extrema-direita e de extrema-esquerda, por toda a Europa. Este acontecimento foi diretamente influenciado por fenómenos à escala global, como a Guerra Fria. Embora ambas as extremas tenham tido ascensão, a extrema-direita é a que tem maior predominância no continente europeu. A França, a Áustria e a Holanda são exemplos de países em que a expressão deste fenómeno é observável.

A ascensão destes partidos nacionalistas, que se apoiam em medidas protecionistas, tem sido motivadas pela ascensão das medidas neoliberais que regem o mundo capitalista. Desta forma, escolhi para a elaboração do último capítulo da presente dissertação a análise de um caso prático para explorar o nacionalismo como consequência do capitalismo.

Será explorada a evolução do Partij Voor De Vrijheid, partido de extrema-direita, que tem visto o seu crescimento na Holanda, Estado-membro da União Europeia. Primeiramente, será elaborada uma contextualização histórica, uma breve análise do sistema político, depois será feita uma análise da história e estrutura do partido, das suas ideologias e do seu eleitorado.

O estudo de caso foi escolhido com base na singularidade de organização do partido, composto por um eleitorado cem porcento virtual, e que mesmo assim e com ideologias de extrema-direita, consegue ter votos suficientes para se manter no governo de um país como a Holanda.

Os dados estatísticos utilizados para a caracterização do eleitorado foram retirados do livro *Populism in Europe: Netherlands*. A recolha de dados foi feita no ano de 2011.

4.1. Estudo de caso – Holanda

4.1.1. Contextualização Histórica

Entre os anos setenta e os anos oitenta, foram visíveis novos processos sociais e culturais na Holanda, e por todo o mundo moderno, muitas vezes descritos por termos como secularização, "despilarização" e individualismo, que impactaram fortemente na hegemonia dos partidos cristãos que, segundo Sartoti, faziam parte dos cinco partidos com relevância na vida política holandesa, dos quais faziam parte "*the three religious or confessional parties – these would merge into the Christian Democratic Party (CDA – Christen Democratisch Appèl) in 1980 – and two secular, class-based parties: the Liberal party (VDD – Volkspartij voor Vrijiheid en Democratie) and the Labour party (PvdA –*

Partij van de Arbeid)." (Lucardie, 2008, p.152), que já se encontravam particularmente corroídos (Lucardie, 2008, p. 152). Começou então a emergir uma população não pilarizada, que levou a uma recusa por parte, não só das estações de rádio e de televisão mas também de organizações e movimentos sociais, de pertença a um sistema de política particular ou sistema de valores religiosos. Estes movimentos causados pela pilarização são frequentes na Holanda, levando ao aparecimento de um populismo que nunca é forte o suficiente para mobilizar massas. (Lucardie, 2008, p. 153).

Após um crescimento económico impressionante em 1994, em 2002, este abrandou graças à estagnação da exportação e do consumo, o que levou a um aumento do desemprego na Holanda. *"The economic problems offered a potential opportunity to be exploited by the new populism party"* (Lucardie, 2008, p. 156), mas quando os eleitores foram às urnas, em maio desse ano, demostraram que ainda não tinham sentido o peso da recessão económica. Os salários continuaram a aumentar e a maioria dos votantes mostrou-se razoavelmente contente com o desempenho económico do governo.

Embora os eleitores se encontrassem satisfeitos com a parte económica, havia bastantes problemas a apontar, entre eles problemas relativos à segurança, à criminalidade, saúde e a políticas de asilo. Além do descontentamento da população criado pelo supramencionado, a imprensa tendia a dar ênfase às falhas do governo, em vez de promover as suas conquistas, dando enfoque "*on hospital waiting lists, teacher shortages and street crime*" (Lucardie, 2008, p. 156).

A insegurança sentida na Holanda foi associada ao número de imigrantes que ia crescendo. "*The number of muslims had increased from 0.5 per cent of the population in 1971 to four per cent in 1995 and almost six per cent by 2005*" (Lucardie, 2008, p. 156), o que levou a um número crescente de pessoas com ideias negativas relativas à imigração, multiculturalismo e o Islão. A pequena construção dos pilares por parte dos muçulmanos alarmou a sociedade holandesa que defende que os pilares são ideais do passado e que a religião não deveria estar ligada à esfera pública.

É neste ambiente de incerteza, de problemas económicos, de medo e de revolta, por parte dos holandeses, que o PPV (Partido Para a Liberdade) é criado e ascende no plano governativo holandês. É necessário reconhecer a importância da contextualização em que se dá a ascensão do partido, não só para se compreender as medidas que o mesmo defende mas também para compreender o porquê da dimensão da sua ascensão.

4.1.2. Sistema Político

A Holanda é uma monarquia constitucional, o que significa que o monarca é o Chefe de Estado e que o poder dele é regulado pela Constituição. Embora a monarquia tenha entrado na Holanda em 1815, a primeira Constituição tem como data 1814. Esta Constituição sofreu bastantes alterações, sendo que a mais significativa ocorreu em 1848 *"marking the beginning of parliamentary democracy in the Netherlands*" (Harm Ramkema et al, 2008, p. 9). Esta alteração fez com que o monarca fosse obrigado a ter em conta as maiorias parlamentares e, em 1870, alguns conflitos fizeram com que ficasse claro que "*the monarch is subordinate to the will of the parliament"* (Harm Ramkema et al., 2008, p. 9), fazendo com que o monarca tenha um papel acessório. Contudo, nesta realidade, o Chefe de Estado faz parte do governo, o que lhe permite ter uma influência pessoal "*in appointing the politician and in formulating his or her instructions*" (Harm Ramkema et al., 2008, p. 9).

O Parlamento é eleito por sufrágio universal, que foi introduzido através de uma revisão constitucional, na Holanda, em 1917 para os homens e em 1919 para ambos os sexos. Esta revisão constitucional também alterou o tipo de sistema eleitoral que passou a ser um sistema eleitoral de representação proporcional.

O poder legislativo na Holanda é constituído por duas Câmaras: o Senado, que não é eleito diretamente pelas pessoas, a e Câmara Baixa, *Tweede Kamer*, sendo esta a mais importante. A *Tweede Kamer* é composta pelos 150 deputados que compõe o Governo, sendo estes eleitos por representação proporcional num único círculo de apuramento. Como o sistema é proporcional, os partidos ganham lugares no Parlamento consoante o número de votos que obtêm em todo o país, que se encontra distribuído por dezanove distritos eleitorais (Lucardie, 2008, p. 152).

4.2. Partij Voor De Vrijheid

O Partij Voor De Vrijheid é um partido de extrema-direita com uma estrutura peculiar, sendo parte da nova organização partidária – *Cyber Party*. Estes partidos têm vindo a emergir no mundo moderno, devido não só à globalização mas também a um desgaste do eleitorado perante as organizações partidárias normais.

Neste capítulo, será feita uma introdução sobre a evolução dos partidos *online*, para que seja possível compreender como é que o partido atua, as suas origens e o seu modelo de atuação, que se seguirão nos capítulos a seguir.

4.2.1. *Cyber Partys* - Conjuntura que levou à sua emergência

Na evolução do mundo moderno, os partidos não foram uma exceção. Isto levou a novas formas de organização, novas características e novas formas de combater o apolitismo que se tem lentamente instaurado.

A maioria dos partidos de massas, não considerando partidos com raízes cristãs ou sociais-democratas, a partir de 1945, tornaram-se partidos de *'catch all'*, preocupados com a maximização dos votos (Hartleb, 2012, p. 16).

Pela Europa fora, diversos partidos que outrora tinham sido dominantes, começaram a sentir fragmentação no seu apoio eleitoral. O que costumava ser um ciclo alternado entre centro-esquerda e centro-direita começou a ser perturbado pelos partidos menores – uma nova política emergiu em que as identidades políticas foram desvanecidas e a confiança existente em partidos familiares foi quebrada (Hartleb, 2012, p. 17).

Esta situação resultou no declínio do voto, visto nas recentes eleições, mas as causas deste problema tiveram início há décadas. Uma delas foi o declínio de instituições individuais ligadas aos partidos, como é o caso da Igreja em países que têm como tradição a democracia cristã (Hartleb, 2012, p. 17).

Um desafio particular para os partidos de massas tem sido a divisão e fragmentação da sociedade, que coloca pressão nestes partidos e que têm, assim, de colocar mais esforços para ligar os diversos grupos e ambientes. Este processo de fragmentação expõe a sociedade contemporânea a um perigo iminente: a possível ruína da solidariedade existente na comunidade europeia (Hartleb, 2012, p. 17).

Os partidos estão a ver as suas listas de membros a diminuir e os seus fundos também. Votar tornou-se mais uma escolha do consumidor do que uma escolha ideológica. Mas pior: *"the cosy consensus that so often marked the post-war politics is gone"* (Hartleb, 2012, p. 17).

Nas democracias antigas, os números da filiação têm descido de forma drástica, chegando-se à conclusão de que com esta diminuição, a quantidade de filiados pode já nem constituir um indicador relevante na capacidade partidária de organização. O número de membros ativos de um partido é um indicador associado com a habilidade de mobilizar votos e é exatamente por isso que se querem elaborar novas formas de incentivo à filiação (Hartleb, 2012, p. 20).

As causas que levaram a este declínio ainda estão por ser apuradas, mas estudos sociológicos indicam dois tipos de causas: latentes – como, por exemplo, o declínio dos

partidos – e pontuais – como é o caso de perdas eleitorais, mudança de líderes ou conflitos nos partidos (Hartleb, 2012, p. 21).

Existem três tipos de novo partido:

- '*Prophetic*' – partidos que articulam uma nova ideologia;
- '*Purifiers*' – que querem limpar o sistema de corrupção;
- '*Prolocutors*' – representam interesses negligenciados pelos partidos.

A existência de novos partidos, 'movimento' que teve início após os anos noventa, trouxe novos desafios aos tradicionais, como é o caso da ascensão de uma corrente nacionalista, anti-islâmica – medo dos imigrantes; partidos verdes – a favor da proteção do meio ambiente acima de tudo; '*pirate parties*' que utilizam a *internet* para participar e promover liberdade de acesso (Hartleb, 2012, pp. 22-23).

A ascensão de novos partidos nem sempre foi bem-sucedida, uma vez que:

> *"The institutionalisation of a party system is a process which takes time. In Central and Eastern Europe, aside from parties that were derived from old, often inter-war, systems and that were somewhat transformed into the new reality, due to high volatility in elections, there arose numerous, often weak, new parties, without much of a member base (sarcastically called couch parties, because all the members could fit on one couch), or public support, or any parliamentary experience. Sometimes, flash parties emerge that start strong but soon die."*
>
> Hartleb, 2012

Durante este tempo, o processo de consolidação partidária levou à eliminação de partidos ineficazes, havendo as chamadas eleições críticas, que representam a mudança dramática do sistema político. Há então o acontecimento de '*supply-side volatility'* – quando um partido que ganhou votos numa eleição, mas, na seguinte, os seus votos desaparecem, surgindo novos partidos – que em casos onde ocorre em grande escala, leva à existência de um sistema de partidos flutuante (Hartleb, 2012, p. 25).

Este conjunto de partidos emergentes eram muitas vezes associados a novos movimentos de extrema-direita, como é o caso do PVV, não sendo este um '*flash party*'. Estes partidos tendem a ser descritos como: '*anti-party parties*' – não têm a estrutura organizacional tradicional; '*anti-establishment parties*' – contra as elites políticas, económicas e sociais; '*taboo-breaking parties*' – especialmente em tópicos como a imigração, União Europeia, entre outros; '*parties of simplification*' – especialmente no

contexto de '*multi-level-governance*', e partidos com um líder carismático (Hartleb, 2012, p. 21).

Esta conjuntura, aliada à existência de uma sociedade moderna, levou a um desenvolvimento dos partidos, tornando-os cada vez mais dependentes das tecnologias para adquirir apoios e eleitorado – como é o caso do *marketing*. É aqui que entra uma nova forma organizacional: '*the cyber party'*.

Os *Cyber Paties* começaram a emergir no final dos anos noventa, tendo como origem a mudança de padrões políticos de participação, os sistemas eleitorais mistos, e especialmente a emergência e popularidade da *internet* e tecnologias dela derivada. Estes partidos trazem uma nova geração de partidos, em que há uma ligação mais direta e consequentemente mais presente com os votantes, sendo mais fácil manter uma relação de proximidade.

A filiação não é uma preocupação destes partidos, pois todos os eleitores são potenciais votos, uma vez que a sua forma de comunicação é através da *internet*. Os partidos *online* são organizações, e não instituições, operando na base da ligação entre o Estado e a sociedade civil.

Esta forma organizacional tem prevalecido e sendo fortalecida graças ao papel dos *media*, que tornou possível aos partidos entrarem e permanecerem na vida privada das pessoas, fazendo com que os votantes se encontrassem mais próximos destes, podendo interagir (de modo a promover ou criticar) com os partidos.

Têm também flexibilidade horária e uma panóplia de plataformas de comunicação, pois estes criam formas de chegar aos votantes, através de novas plataformas – como o Twitter – que permitem aos partidos terem ciclos noticiosos de 24 horas, sete dias por semana. As novas tecnologias permitem também a execução de campanhas mais baratas e com uma maior cobertura de população.

Há então uma nova era, com novos métodos de organização partidária e novas formas de atrair eleitorado. O PVV pertence a esta nova era, sendo um partido de nova extrema-direita, apresentando esta nova forma de organização que ainda tem muito para evoluir. O PVV é um partido com um eleitorado complexo, representado por uma nova forma de organização, emergente num país que ficou devastado após a Segunda Guerra Mundial, país que foi palco das maiores atrocidades que a história já viu. Foram estes os motivos que me levaram a escolher a Holanda, e o PVV, como estudo de caso da presente dissertação.

4.2.2. Origens e Ascensão

Na Holanda, não há uma definição concisa que explique o que é à direita, uma vez que há diversas posições ideológicas e políticas que divergem bastante dentro desta direita holandesa. Estas posições nasceram com o aparecimento do parlamento democrático moderno, em meados do século XIX. Na Holanda, a distinção entre esquerda e direita é feita através dos partidos D66 (Democraten 66) e VVD (Volkspartij voor Vrijiheid en Democratie), respetivamente. Na direita, encontrava-se a democracia cristã, o liberalismo e o populismo (Pas, 2011, pp. 9-10). Neste trabalho, focarei as origens do liberalismo e do populismo, uma vez que são a partir destes que nasce o PVV.

O liberalismo é a maior corrente ideológica e política na Holanda e dominava o cenário político no século XIX. Devido ao aparecimento de movimentos religiosos e socialistas, o liberalismo foi obrigado a estruturar-se e daí surgiram dois pendores: conservadorismo liberal e socialismo liberal (Pas, 2011, p. 11).

O conservadorismo liberal defende que o Estado só deve intervir na economia em última instância e que só intervém em áreas de direito e defesa. "*Advocate respect for tradition, monarchy and national sovereignty, and are generally reticent about reforming parliamentary democracy*" (Pas, 2011, p. 11). Já o socialismo liberal quer que o Estado promova e garanta os direitos e a liberdade dos cidadãos. O Estado tem um papel fundamental na economia, mas colocam o indivíduo no centro da política, sendo este facto o contraste mais importante entre o socialismo e o socialismo liberal (Pas, 2011, p. 11).

Durante a metade do século XIX, foram os liberais conservadores que suportaram a economia de mercado e apelaram à ordem social, enquanto os liberais socialistas se encarregaram de introduzir as leis sociais, de aumentar a extensão de direito ao voto, e procuraram maneiras de estender os ideais liberalistas a as frações da população. Foi através da competição, por um lado, dos socialistas, e do outro, dos protestantes e dos católicos, que fez com que os liberais se estruturassem nesta altura (Pas, 2011, p. 12).

Em 1885, os conservadores formaram a União Liberal (LU), seguida em 1894 pelos Liberais Livres (VL, Vrije Liberalen) e em 1923, nasceu o Partido Liberal (LP – Liberale Partij). A parte dos liberais de esquerda uniu-se, após a separação da união liberal em 1892, na Liga Radical, antes da ascensão da Liga Democrática (VDB – Vrijzinning Democratische Bond), em 1901 (Pas, 2011, p. 12).

Foi na última metade do século XX que nasceram dois novos partidos liberais: VDD e D66. As diferenças entre estes dois partidos intensificaram-se no Pós-Segunda Guerra Mundial. Entre 1950 e 1970, o VDD conseguiu atingir um balanço entre a esquerda e a direita, mas não o suficiente para evitar a ascensão do D66. Entre os anos 1970 e 1980, os liberais conservadores aumentaram o apoio no partido VVD. A disputa entre estes dois partidos intensificou-se após 2001 *"on two occasions, rightwing MPs left the party. One such group followed Geert Wilders in 2004; another followed Rita Verdonk in 2007*." (Pas, 2011, p. 12). O VVD e o D66 são os exemplos perfeitos de como o liberalismo evoluiu na Holanda nos últimos tempos, o que também se reflete na atividade dos "*think tanks*" e na ascensão de novos partidos de direita (PVV e ToN) como de esquerda (Pas, 2011, p. 13).

A direita tem ganho importância na Holanda desde o início do século XXI, refletindo-se na ascensão de partidos chamados *"new radical right*". Os partidos que mais se assemelham a esta expressão são: LPF (2002-2008) e PVV (2006). O movimento populista na Holanda ganhou outra dimensão quando, em 2006, o PVV, fundado em 2004 por Geert Wilders, começou a ganhar importância na vida política do país. Desde que foi fundado, o PVV tem tido um crescimento estável no que toca ao apoio público e no que toca ao sucesso eleitoral, como foi visto em 2010, em que ganhou 24 dos 150 lugares no Parlamento holandês, tornando-se assim a terceira maior força (Bartlett et al., 2012, p. 12).

Foi em 2012 que Wilders viu o decréscimo de cadeiras ocupadas no Parlamento, descendo de 24 para 15 lugares. Desde então, o partido tem oscilado entre os quinze e os vinte deputados. Passados dez anos, em 2021, alcançou os 17 deputados no Parlamento, mantendo uma presença regular e forte, sendo atualmente a terceira maior força parlamentar.

Em 1990, Wilders entra na política como membro do partido VDD, no qual se focou, inicialmente, em assuntos sociais e económicos. Frits Bolkestein tornou-se o seu mentor e foi nessa fase que Wilders expôs o pensamento do seu mentor como neoliberal em termos económicos, realista em termos de políticas estrangeiras e conservador no que toca a assuntos sociais e culturais. Embora, antes do 11 de setembro, Wilders já tivesse avisado sobre o perigo do Islão para o Ocidente, foi entre 2002 e 2006 que procurou mostrar a suja rejeição do terrorismo e o seu extremismo relativamente ao Islão. Foi também por esta altura que Wilders demonstrou o seu descrédito na democratização do

Médio Oriente, esta ideia vai ao encontro ao que o seu mentor acreditava (Pas, 2011, pp. 17-18).

Após catorze anos a fazer parte do VDD, Wilders sai graças a um desentendimento no que toca ao apoio, ou não, da Turquia entrar na União Europeia. Foi esta saída que fez com que o político sentisse a necessidade de criar um partido em que a sua forma de ver a política pudesse ser posta em prática na Holanda. O seu pensamento é considerado bastante controverso, uma vez que ele é conhecido pelos seus "*outspoken and incendiary comments on immigration and, most notably, Islam*" (Bartlett et al., 2012, p. 21). É difícil caracterizar o partido em "*far right*", fascista, nacionalista, populista ou neoconservadora, e o líder do partido foge de uma tentativa de posicionamento do partido (Pas, 2011, p. 16).

O PVV tem uma forma diferente de organização, uma vez que não existe nenhuma forma formal de se ser membro do partido, o que levou a várias alegações sobre a falta de democracia dentro dele. Esta característica do partido é explicada por Wilders como uma forma de proteger o partido, uma vez que abrir o partido repentinamente foi a desgraça do LPF (Bartlett et al., 2012, p. 23).

4.2.3. Ideologia

Os novos partidos políticos de direita que compõem as novas vagas populistas na europa, são caracterizadas pela sua *"opposition to immigration and multiculturalism, and concern for protecting national and European culture, particularly from immigrants from Muslim majority countries."* (Bartlett et al., 2012, p. 20).

Wilders apoia um governo pequeno, lei e ordem, focando-se em menos crime, mais segurança e menos Islão. Esta última ideia apoia a sua posição de não ser a favor do multiculturalismo e de querer acabar com a imigração. O PVV considera importante preservar a identidade e valores do povo holandês, numa sociedade que está a ser consumida por uma cultura alienígena. Embora todos os valores defendidos pelo partido o façam pertencer às novas correntes de *"far-right"* que têm ascendido na Europa, Wilders *"refused to align himself with other European leaderssuch as Jean-Marie Le pen or Jörg Haider."* (Bartlett et al., 2012, p. 21).

Wilders considera que há uma relação direta entre imigração e a criminalidade, transportes e ação social. Considera o Islão uma ameaça ao país e alega não ser uma religião, mas sim uma política totalitária como o fascismo e o comunismo, e que tem

como objetivo conquistar o mundo, Wilders compara então o Alcorão ao *Mein Kampf*. Critica ainda a posição destes países relativamente à emancipação da mulher e à homossexualidade, dizendo que ele apenas é intolerante à intolerância (Bartlett et al., 2012, pp. 20,22). O líder do partido quer acabar com os subsídios dados aos muçulmanos, ilegalizar a burca e acabar com as ajudas financeiras para a construção de mesquitas, é ainda contra a circuncisão feminina e quer banir o Alcorão do país. Wilders também reprova a imigração de países que sejam recentes na União Europeia, como a Roménia e a Bulgária (Pas, 2011, pp. 19-25).

Wilders acredita que o povo deve ser livre do Estado e a Holanda deve ser livre da União Europeia (Pas, 2011, p. 19). Opõe-se a qualquer tipo de imposição estrangeira, achando a ação da União Europeia limitativa e sem resultados eficazes, um exemplo disso é a crise europeia. O fundador do partido acha extremamente necessário acabar com a presença holandesa no Afeganistão e alega que os cidadãos foram abandonados pela elite política e que são ameaçados pela globalização. Para combater este abandono, Wilders defende que se deveria adotar a democracia direta e utilizar o referendo como prática política comum (Pas, 2011, p. 19).

O Líder do PVV acusa a União Europeia de acabar com a independência holandesa e ficava satisfeito se a Europa ficasse limitada a uma comunidade económica. O PVV ambiciona fechar o mercado para países como a Roménia e a Bulgária e acredita vivamente que a Turquia não deveria entrar na União Europeia, tendo criado um *slogan* para combater esta situação: "*Turkey in, Netherlands out*" (Pas, 2011, pp. 23-24). Outro problema apontado pelo líder é o de que a União Europeia corrói a identidade nacional holandesa e que em clima de crise financeira europeia, situação que está a ser vivida, a Holanda deveria ter direito a ter o seu controlo de volta (Bartlett et al., 2012, p. 21).

Wilders confronta a elite corrupta contra as pessoas virtuosas, pois ele acredita que a sociedade necessita de uma reforma, retornando à autoridade e opondo-se à globalização económica e à diversidade cultural. Acredita que a globalização económica tem um impacto nefasto no direito dos trabalhadores (Bartlett et al., 2012, p. 12). A globalização é então considerada impeditiva no que toca ao investimento em políticas domésticas que têm como objetivo o desenvolvimento do país (Pas, 2011, p. 24). Uma das medidas do PVV é acabar com os pagamentos de ação social para cidadãos que não sejam naturais da Holanda.

Wilders tem uma postura confiável que leva à obtenção de apoiantes. Graças a esse facto:

> *"Wilders is above all a political strategist at the head of a motley rightwing movement. The development of his political thinking and ideology has seen three distinct phases: an initial conservative-liberal period, a second neo-conservative period, followed by today's nationalist-populist period."*
>
> Pas, 2011

Wilders mostra adotar as suas ideologias consoante as alterações conjunturais que ocorrem na Europa.

4.2.4. PVV e o seu eleitorado

O PVV é um partido que não apresenta qualquer tipo de filiação formal disponível para o público, nem mesmo para os seus representantes eleitos, sendo que o seu único membro oficial é Wilders. Este fator faz com que Wilders tenha controlo ilimitado sobre o partido. A justificação do presidente para a adoção desta posição é baseada no caso do LPF, que viu a sua ruína aquando da abertura repentina do partido aos membros.

Este tipo de comportamento leva à falta de democracia dentro do partido, que é comummente criticada, ou um dos motivos pelo qual os MP se têm vindo a demitir.

A falta de possibilidade de adesão ao partido de maneira formal levou à necessidade de existência de outro tipo de adesão, como é o caso da adesão ao partido através das redes sociais, nomeadamente o Twitter e o Facebook. É através dos dados dos apoiantes do PVV no Facebook que se vai proceder à caracterização do eleitorado.

A caracterização torna-se importante para a presente dissertação, uma vez que expressa os problemas e as preocupações presentes na população, reforçando que a emergência do nacionalismo surge da necessidade da população, ao ver os seus direitos cada vez mais vulneráveis.

Esta caracterização vai estar dividida em três partes, sendo que a primeira é 'Quem vota?', relativa ao género, idade, escolarização, emprego e ativismo dos apoiantes do PVV. A segunda parte é 'Preocupações dos apoiantes', em que são discriminadas as preocupações e crenças do eleitorado. E por fim, mas não menos importante, 'Porque votam?', na qual serão discriminadas as razões pelas quais os votantes apoiam o partido.

4.2.5. Quem vota?

Ao observarmos o quadro, verificamos que o eleitorado do PVV é composto predominantemente por indivíduos do sexo masculino, não sendo particularmente jovem: 77 % são homens e 23 % são mulheres. Esta discrepância entre homens e mulheres é vista noutros partidos populistas ao longo da Europa Ocidental (PPAM). Contudo, os membros do Facebook que apoiam o partido são mais velhos do que a maioria dos outros PPAM – 50 % têm mais do que 30 anos, já nos PPAM apenas 37 % têm mais do que 30 anos (Bartlett et al., 2012, p. 14).

Age group of PVV Facebook supporters (n=7,140) and supporters of Western Europe PPAMs (national statistics in brackets)

Age group	PPV total (Netherlands total %)	Western Europe PPAMs (European total) (%)
16-20	19 (18)	32 (19)
21-25	18 (17)	19 (17)
26-30	13 (14)	12 (14)
31-40	22 (21)	17 (21)
41-50	18 (16)	12 (15)
51+	10 (15)	8 (13)

Bartlett et.al., 2012

Os apoiantes deste partido não são os considerados "*losers of globalisation*". "*Many supporters (37 per cent) have vocational training and unemployment among this group is not significantly higher than the national average (11 per cent compared with 9 per cent)"* (Bartlett et al., 2012, p. 14) – o que significa que um em quatro apoiantes do PVV são estudantes. Este elevado número é justificado pelo facto do Facebook ser uma rede social bastante popular nas universidades e com maior disseminação nos jovens (Bartlett et al., 2012, p. 14).

Highest educational attainment of PVV Facebook supporters, by gender and whether under or over age 30 (n=335)

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Basisschool	1	3	1	2	1
Middelbare school	16	22	18	17	17
MBO	38	32	37	36	37
HBO	32	27	32	30	31
WO	12	14	12	13	12
Geen	0	2	0	2	1

Bartlett et al., 2012

Relativamente à média nacional, a percentagem de apoiantes do PVV desempregados no Facebook tende a ser ligeiramente maior que a média nacional (11 % para 7 %), mas mais baixa relativamente a outros PPAM (11 % para 14 %) (Bartlett et al., 2012, p. 14).

Employment status of PVV Facebook supporters (n=335) (national statistics in brackets)[42]

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Employed	69	56	56	76	66
Unemployed	7	22	4	18	11 (7)
Student	22	21	41	2	22

Bartlett et al., 2012

A maioria dos apoiantes do PVV no Facebook são ativos na participação pública em protestos, sendo que, nos últimos doze meses, 11 % dos apoiantes participaram numa ação pública, caracterizando-os como pessoas com uma índole ativista.

Offline involvement of PVV Facebook supporters (n=335), by gender and whether under or over age 30 (national statistics in brackets)

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Voted for PVV in the last election	82	91	81	86	84 (16)
Taken part in a march or demo in last 6-12 months	10	11	10	11	11 (3)[43]

Bartlett et al., 2012

Comparativamente com a média nacional, que é de 4 %, consideram-se apoiantes bastante ativos. Nas últimas eleições gerais, 84 % votaram no PVV – o que também representa um número elevado (Bartlett et al., 2012, p. 14), contrariando a onda de apolitismo presente na Europa.

4.2.6. O que os preocupa?

Os apoiantes do PVV no Facebook encontram-se pessimistas relativamente às políticas como uma maneira efetiva de responder às suas preocupações – apenas 28 % dos apoiantes acreditam que as políticas representam maneiras efetivas de responder às suas preocupações, o que é mais baixo que a média dos PPAM – 35 %. É uma surpresa, visto que, embora o sucesso eleitoral do PVV e a sua habilidade de extrair concessões da minoria governativa sobre o assunto da imigração, os apoiantes do PVV continuam descontentes. No entanto, o impacto legislativo e eleitoral do PVV tem sido significativo, comparativamente com os outros PPAM (Bartlett et al., 2012pp. 14, 36-37).

Extent to which PVV Facebook supporters agree that politics is an effective way to respond to their concerns, by gender and whether under or over age 30 (n=335)

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Agree entirely	4	5	2	7	4
Agree a little	27	15	33	15	24
Disagree a little	31	36	33	32	32
Disagree entirely	18	27	11	30	20

Bartlett et al., 2012

Apesar do descontentamento, os eleitores não só se encontram desencorajados relativamente ao ato de voto, ao comparar com outros apoiantes de outros países (16 % PPAM) – como apenas 13 % acreditam que não importa em quem se vota (Bartlett et.al., 2012, pp.14, 36).

Extent to which PVV Facebook supporters agree that it does not matter who you vote for, by gender and whether under or over age 30 (n=355)

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Agree entirely	7	7	6	8	7
Agree a little	6	7	4	8	6
Disagree a little	14	13	11	16	14
Disagree entirely	67	64	69	63	66

Bartlett et al., 2012

As principais preocupações do eleitorado do PVV centram-se no extremismo islâmico (39 %), na imigração (28 %) e no crime (27 %). Há, no entanto, uma ênfase no

extremismo islâmico, justificado, provavelmente, pela importância que Wilders dá a esta questão. Estas questões são as mesmas consideradas como preocupações na maioria dos partidos ao longo da Europa Ocidental.

O extremismo islâmico tem um peso muito grande, comparativamente com outras PPAM (apenas 24 %), e com os Holandeses no geral, cujas preocupações rondam mais a área económica (Bartlett et.al., 2012, p. 14, 35-36).

Top two biggest concerns of PVV Facebook supporters (n=335), by gender and whether under or over age 30 [44]

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Islamic extremism	33	57	38	40	39 (N/A)
Immigration	30	22	30	26	28 (2)
Crime	28	23	28	25	27 (6)
Economic situation	16	9	12	18	15 (26)
Multiculturalism	15	13	18	1	14 (N/A)

Bartlett et al., 2012

Os votantes do PVV encontram-se pessimistas relativamente ao seu futuro e ao futuro da Holanda, mas não se encontram mais pessimistas do que o votante comum holandês – 20 % dos votantes acreditam que a Holanda se encontra no bom caminho, o mesmo que os Eurobarómetros registaram relativamente à população inteira.

Extent to which PVV Facebook supporters agree that The Netherlands is on the right track, by gender and whether under or over age 30 (n=335)

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Agree entirely	4	1	4	3	4
Agree a little	17	11	15	17	16
Disagree a little	29	27	34	22	28
Disagree entirely	38	52	35	48	41

Bartlett et al., 2012

No entanto, os apoiantes do PVV encontram-se mais esperançosos relativamente aos próximos doze meses seguintes que o resto da população holandesa (26 % VS 22 %) (Bartlett et al., 2012, p. 15, 39).

PVV Facebook supporters' personal outlook for the next 12 months (n=335, national statistics in brackets) [45]

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Better	28	20	34	19	26 (22)
Worse	28	32	17	40	29 (17)
Same	42	46	47	38	43 (60)

Bartlett et al., 2012

Os votantes do Facebook consideram que as instituições públicas – políticas e sociais – não são de confiança, sendo o seu grau de confiança inferior em comparação com o resto da população holandesa. Esta característica apresenta-se comum entre os apoiantes dos outros PPAM espalhados pela Europa. Particularmente, o sistema legal (38 %), a União Europeia (13 %) e as instituições religiosas (13 %) são classificadas com pouca fiabilidade, comparativamente com a média holandesa. Há também uma baixa confiança na imprensa, havendo uma discrepância bastante elevada entre os apoiantes do PVV e a população holandesa – 31 % e 60 %, respetivamente.

Extent to which PVV Facebook supporters and the Dutch general public trust institutions (n=335)

Institution	Tend to trust		Tend not to trust	
	PVV Facebook supporters (%)	Dutch public (%) [48]	PVV Facebook supporters (%)	Dutch public (%)
Army	70	71	26	21
Police	48	73	50	25
Justice and legal system	38	65	59	32
Trade unions	37	59	59	30
Government	36	45	61	51
The press [49]	31	60	65	37
European Union	13	42	84	51
Religious institutions	13	35	83	54

Bartlett et al., 2012

Também foi verificada a tendência para os votantes confiarem ou não noutras pessoas, sendo que apenas 30 % dos apoiantes se expressou positivamente, relativamente a esta questão (Bartlett et al., 2012, p. 15, 41-42).

Extent to which PVV Facebook supporters agree that people can be trusted (n=335, national statistics in brackets)[50]

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
In general most people can be trusted	32	26	26	35	30 (62)
In general most people cannot be trusted	46	57	54	43	48 (37)

Bartlett et al., 2012

Os apoiantes do PVV no Facebook são bastante críticos da União Europeia, como é comum noutros PPAM, sendo as suas respostas mais comuns: '*waste of money*' (68 %), '*not enough control at external borders*' (56 %) e '*loss of cultural and national identity*' (52 %).

What PVV Facebook supporters think about the European Union (n=335, national statistics in brackets)[46]

	Male (%)	Female (%)	Under 30 (%)	Over 30 (%)	Total (%)
Waste of money	67	70	64	71	68 (23)
Not enough control at external borders	55	56	52	59	56 (15)
Loss of cultural and national identity[47]	49	61	45	59	52 (15)
More crime	49	48	51	46	49 (13)
Bureaucracy	44	51	43	49	46 (35)

Bartlett et.al., 2012

Há uma tendência por parte dos apoiantes de serem mais negativos, relativamente à União Europeia, do que os cidadãos comuns holandeses, mas similares à opinião de outros PPAM (Bartlett et al., 2012, pp. 15, 40).

A União Europeia é então vista como algo que promove a perda de identidade cultural e nacional, mostrando, conforme Adorno indica, a criação de uma comunidade criada pelo Estado, que o neoliberalismo desgasta com a imposição da indústria cultural. Há um sentimento de perda de soberania com as imposições feitas e um descontentamento agravado pela desconfiança sentida nas políticas governamentais e nas instituições públicas, que aparecem como tendenciosas.

Há uma maioria masculina presente no partido, no entanto, com um alto nível de instrução, mostrando que o descontentamento não é apenas de uma população mais

envelhecida. O PVV representa a população que viu em Wilders o seu ideal de líder fascista, representado o pai todo-poderoso, no qual podem projetar o seu ego ideal e narcisista de modo a alcançar a vontade de grupo (criada por Wilders).

Embora a Europa há menos de oitenta anos tenha sido atacada por uma onda de fascismo que chacinou milhões de pessoas, os indivíduos continuam a querer um governo nacionalista, que possa garantir as suas 'liberdades', o que leva a crer que Adorno tinha razão, tem de haver algo psicológico por detrás das atitudes irracionais dos indivíduos, em que o esclarecimento se torna claramente o mito em si.

4.2.7. Porque votam?

O presidente do partido é uma figura muito importante, pois as palavras deste, e no caso dos partidos populistas, são os principais impulsionadores da angariação de apoiantes. No caso do PVV, é muito comum justificarem a sua 'filiação' ao partido com base na integridade de Wilders, uma vez que se pode confiar na palavra dele – fala a verdade sobre assuntos difíceis – ao contrário do que acontece nos outros partidos (Bartlett et al., 2012, p. 16).

Importante remeter para a ideia presente na propaganda fascista, não são as políticas que importam, mas sim o que o líder representa. Torna-se claro ao analisar as razões que os votantes encontram para depositar o voto num partido, respondendo a maioria que é a confiança transmitida por Wilders que os leva a votar.

Wilders é a representação apresentada por Freud: pequeno-grande homem, que comporta a ideia de um milagre, um semi-deus, sendo por isso o responsável por criar uma harmonização no motivo por detrás do voto. Criando assim o desejo dos seus seguidores de se submeterem à autoridade, e o desejo de eles mesmos serem essa autoridade, satisfazendo assim os seus desejos narcisistas.

Foi realizada uma pergunta, durante o inquérito, relativamente às motivações que levavam os indivíduos a apoiar o PVV – de 335 inquéritos, apenas 188 responderam à questão.

As respostas com maior percentagem, e consequentemente, maior significância foram as seguintes:

- '*Group values*' (39 %): valores, princípios, normas, crenças, aspirações e ideias, com as quais os apoiantes se identificam, justificando a sua escolha (Bartlett et al., 2012, p. 48);

- ‘Integrity’ (17 %): Wilders é uma pessoa de confiança, a qual fala a verdade e pode ser confiado. É honesto e fala a verdade, sem rodeios, e de forma corajosa – os membros do partido são consistentes com as suas convicções. De notar que esta justificação é especialmente importante em idades compreendidas entre os 21-30 (Bartlett et al., 2012, p. 48);
- ‘*Anti-Islam*’ (16 %): um em cada seis indivíduos respondeu que esta questão foi o que o levou a juntar-se ao partido – maior percentagem do que nos PPAM. Os comentários dos inquiridos, na maioria, sugerem que a forma de pensar de Wilders, relativamente ao islamismo, os influenciou (Bartlett et al., 2012, p. 49);
- ‘*Disillusionment*’ (16 %): este ponto é considerado o tipico voto de ‘protesto’. Nesta ‘categoria’ entram as pessoas que não se relacionam com as maiores instituições políticas, com a elite política ou com ou com a direção que o país leva. Uma em cada seis pessoas justifica a sua afinidade ao partido por esta razão (Bartlett et al., 2012, p. 49).

Reasons given by PVV Facebook supporters for joining the party (n=188)

	Male (%)	Female (%)	Age 16-20 (%)	Age 21-25 (%)	Age 26-30 (%)	Age 31-40 (%)	Age 41-50 (%)	Age 51+ (%)	Total (%)
Group values	35	52	48	48	38	34	18	48	39
Integrity	15	21	13	26	19	16	14	8	17
Anti-Islam	17	13	11	7	18	22	22	24	16
Disillu-sionment	16	15	6	16	18	19	26	12	16
Anti-immigration	14	6	10	8	18	18	8	8	12
Identity	10	13	8	5	6	13	22	8	11
Other	12	3	16	5	6	9	12	4	10
Anti-EU	4	4	5	3	6	7	0	0	4
Economic	2	5	2	5	0	7	0	0	3

Bartlett et al., 2012

A conjuntura económica e social holandesa tem sido alvo de desgaste contínuo, o que levou ao aumento da insatisfação populacional. A incidência acentuada de muçulmanos veio criar um sentimento de aversão por parte dos nacionais que viram os seus direitos cada vez mais reduzidos, após a crise de 2008.

Ao analisarmos com detalhe o partido de Wilders, vemos que este defende uma um governo pequeno, lei e ordem, que se foca em menos crime, mais segurança e menos Islão. Esta última ideia apoia a sua posição de não ser a favor do multiculturalismo e de

querer acabar com a imigração, uma vez que há uma necessidade de preservar a identidade e os valores do povo holandês, numa sociedade que está a ser consumida por uma cultura alienígena.

O partido opõe-se a qualquer tipo de imposição estrangeira, achando a ação da União Europeia limitativa e sem resultados eficazes, sendo um exemplo disso a crise europeia. Acusa a União Europeia de acabar com a independência holandesa e ficava satisfeito se a Europa ficasse limitada a uma comunidade económica, sendo que os seus apoiantes do Facebook são bastante críticos para com a União Europeia, defendendo que esta representa um desperdício de dinheiro, não promove um controlo suficiente das fronteiras externas e que leva à perda da identidade nacional e cultural.

A mesma força motriz que leva à necessidade de uma aproximação, de uma globalização, leva à eclosão de um sentimento de repulsa pela ideia de perder a identidade da sua nação. Esta nação, esta sociedade, é a criação de uma raça, de uma identidade comum, que apenas é partilhada pelos nacionais do Estado, explicando a repulsa de Wilders sobre os muçulmanos e de países que sejam recentes na União Europeia, como a Roménia e a Bulgária (Pas, 2011, p. 19, 25).

É expresso, através dos votantes do Facebook, que consideram que as instituições públicas – políticas e sociais – não são de confiança, sendo o seu grau de confiança inferior em comparação com o resto da população holandesa. Esta característica apresenta-se comum entre os apoiantes dos outros PPAM espalhados pela Europa. Particularmente, o sistema legal (38 %), a União Europeia (13 %) e as instituições religiosas (13 %) são classificadas com pouca fiabilidade, comparativamente com a média holandesa.

Há então uma descredibilização das instituições publicas, vendo então aqui que o Estado tendencioso desfaz o mito de que a globalização afasta a ideia dos nacionalismos, uma vez que a conjuntura criada leva a um enfraquecimento do bem comum (providência), críticas presentes na conjuntura holandesa aquando da emergência do PVV. Esse Estado fortalece-se e fortalece cada vez que acontecem crises, uma vez que ele não promove a riqueza das nações, porque o bem é para todos. O neoliberalismo cria assim um fosso cada vez maior entre os pobres e os ricos.

É importante referir o motivo mais comum de voto, que é o valor de grupo, defendendo que se identificam com as crenças, desejos e ambições dos votantes. Vemos aqui corroborada a ideia trazida por Adorno, ao expormos as diferenças dos outros, estamos a minimizar as diferenças internas, (a polarização no conceito de "nós" *versus*

"os outros"), o que nos leva a crer na ilusão de que estamos todos na mesma situação, quando não corresponde à realidade.

É presente na Holanda, que a emergência da extrema-direita não é efetuada pelo Estado, mas sim pelas pessoas que pedem a sua ascensão. Vemos nos movimentos de extrema-direita que afinal não é o Estado que é violento, mas sim o individuo que pede esse tipo de intervenção do Estado. É ele que, através das suas necessidades e do seu ego, quer ver o seu líder fascista no controlo, para ver os seus desejos narcisistas nele espelhados.

Esta conjuntura espelha o comportamento tribalista do ser humano, um comportamento primitivo que se manifesta desde o início das civilizações, não sendo um comportamento exclusivo do capitalismo. Cada época tem a sua forma de organização, na nossa sociedade de capitalismo, o Estado é o detentor do monopólio do poder, que deveria ser neutro, mas não o é.

Sendo o Estado imparcial, ele é uma comunidade, e é nessa comunidade que os pobres criam a sua identificação e é dele que pedem atitudes de violência. Isto é, a pobreza e descontentamento levam a que os cidadãos se identifiquem com a comunidade criada pelo Estado e que exijam dele uma imposição violenta.

E é isso que vemos na Holanda, a necessidade de um líder fascista para colmatar as desigualdades que o neoliberalismo cria. Sendo forçados a assumir que a ascensão dos partidos nacionalistas nada mais é do que um grito de revolta por parte dos cidadãos, que querem uma ação violenta por parte do Estado, para verem os seus direitos defendidos. A identificação é com a comunidade e a solicitação do Estado é uma violência excessiva, que vai além do que a norma exigiria.

4.2.8. Análise estrutural do presente estudo

Podemos ver então, de forma estruturada que a "dialética do esclarecimento" proposta por Adorno expõe uma evolução cíclica do estado do conhecimento de cada umas das pessoas. Desta forma, existe um efeito retrógrado que leva a que ou novos mitos se formem perante o desconhecimento de que o esclarecido se apercebe ter, ou que a falta de instrução transforme progressivamente o esclarecimento a uma doutrina que não se contesta e, eventualmente, que não se explica – i.e., segundo Adorno, um mito.

É neste movimento regressivo que encontramos a padronização do conhecimento ou dos gostos, consequente à falta de autonomia nas pessoas nos campos que se expõem a esta dialética.

O neoliberalismo, guiado por princípios que se focam no *lucrum rei* em detrimento da *res lucrans*, procura explorar a tendência da padronização das pessoas, em que ele se apercebe de um meio para o seu fim. De modo a otimizar então esse lucro, é preciso que o investimento no produto seja mínimo, e o seu alcance o maior possível. Isso é possível numa homogeneização do produto e uma simplificação na qualidade, com vista à maximização tanto da quantidade da fonte de lucro (*res lucrans*) como do público que vai querer comprá-lo, sendo primordial aliciar as massas a querer obter o produto.

É nesta ideia que nasce a Indústria Cultural de uma cultura de massas. Com esse fim em vista, o lucro sobrepõe-se ao produto, que se torna aos olhos dos investidores um meio dispendioso e não o fim procurado. O mercado é então mecanizado para continuar à procura da maximização do lucro sem esse custo, o que se obtém pela *financeirização* do mercado, em que se reforça a política económica neoliberal.

Com o estabelecimento da *financeirização* do mercado, as atenções concentram-se num maior foco na especulação, que se torna a fonte de rendimento, em detrimento dos bens produzidos e, consequentemente, dos produtores desses bens, i.e., os trabalhadores.

Perante este desvio de atenções da parte do mercado, a tensão instala-se entre as classes sociais. Os trabalhadores reagem contra a cumplicidade explícita ou tácita do Estado no estabelecimento de uma política que põe em causa o bem comum da população, e por isso de um verdadeiro Estado de direito. Isto observa-se ou na tensão criada entre uma classe social e outra dentro de um povo, ou entre dois povos, quando um se vê irreversivelmente explorado por outro em função deste modelo económico.

Perante o desequilíbrio estabelecido, o mito criado pelo Estado mínimo, de que o nacionalismo, neoliberalismo e globalização não se relacionam desfaz-se, porque deixa ao existir uma maior proximidade entre os diferentes povos numa relação de equidade que se esperaria no ideal apresentado pelo neoliberalismo. Se uma figura política ressurge para reclamar a injustiça instalada pelo desgaste que o neoliberalismo tem no direito social, a população afetada fixar-se-á nele como o indivíduo-modelo em que ela poderá rever-se, abdicando do seu ego individual, para a realização do ego coletivo. Nesse ponto, revemos o modelo de líder fascista, tal como exposto por Adorno.

A reclamação de direitos feita por esse novo movimento popular, do jeito que ela se forma em reação a uma injustiça social em ato, vai extrapolar os direitos a que se reclama, a ponto de excluir quem não pertence ao grupo de afetados. Esse grupo irá, por conseguinte, pedir medidas fortes ao Estado contra os outros, que acabarão por ser violentas e focar-se-ão no bem particular do povo que reclama essas medidas em detrimento da procura proporcionada de um bem comum generalizado. Levando à emergência do nacionalismo.

Ao analisarmos de forma estrutural a ideia presente na dissertação, verificamos a forma como ela assenta no caso prático. Onde temos uma Holanda que viu as políticas neoliberalistas emergirem, apoiadas em políticas da União Europeia, juntamente com o desmantelamento dos fundamentos jurídicos do Estado social que foi criando uma onda de revolta por parte dos cidadãos. Ao verem os seus direitos alterados, juntamente com os fluxos de crises financeiras proporcionadas pelas políticas neoliberais, o descontentamento foi aumentado, juntamente com o seu desgaste. O povo começou a querer uma ação do Estado, e por isso é que após a crise de 2008 o PVV começou a ter expressão parlamentar, sendo a reflexão da agressividade que os indivíduos querem do Estado. Desde então, o PVV tem mantido a sua presença no Parlamento holandês, com flutuações, mas sempre com lugares garantidos.

Ao contrário do que as leituras ignoram, vemos então que o neoliberalismo que impõe e promove a globalização, culminando na indústria cultural, é o mesmo que leva à emergência do extremo nacionalismo. Embora o neoliberalismo pregue a doutrina de contrariedade entre globalização e nacionalismo, a emergência de políticas protecionistas, bem como de partidos de extrema-direita na Europa tem acompanhado diretamente o crescimento do neoliberalismo que, de forma ressonante, tem cada vez mais influência no nosso presente e no destino do nosso futuro.

O neoliberalismo, a globalização e o nacionalismo encontram-se intrinsecamente relacionados, deixando clara a ideia de que a contrariedade pregada pelos neoliberais se encontra longe de corresponder à realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação dedicou-se à análise da interligação entre neoliberalismo, homogeneização cultural e extremo nacionalismo. Embora haja uma ideia de contrariedade pregada pelo Estado mínimo, a globalização e o nacionalismo têm acompanhado diretamente o crescimento do neoliberalismo de uma forma bastante expressiva.

No primeiro capítulo, foram definidos os conceitos de indústria cultural e de ideal de líder fascista, enquanto definição que articula a dimensão económica e cultural, fundamental para a elaboração crítica dos capítulos seguintes.

O neoliberalismo foi alvo de estudo no capítulo dois, no qual foi revisada a estrutura económica da União Europeia. Foi com a criação e implementação do mercado único, através do Ato Único Europeu, 1986, que a "Europa" correspondeu ao início da jornada de submissão ao neoliberalismo. É na aposta da hegemonia do capital financeiro sobre o capital produtivo, assente em bases de ação do Estado capitalista, que se foram, de forma lenta e gradual, reforçando os ideias neoliberais no Ocidente, promovendo a maior ditadura do século XXI: A ditadura do capital financeiro.

Com a análise das crises provocadas sob a vigência de um mundo neoliberal, deparámos com as debilidades e contradições que o sistema económico abarca e sobre as quais reflectimos na presente dissertação. Um sistema que não existe sem fluxos de desemprego recorrentes, destruição de capital, que só consegue sobreviver através da exploração dos trabalhadores, como forma de redimir as baixas taxas de lucro.

Podemos verificar que o Tratado de Lisboa tem certo interesse em impor uma união política, todavia, o Parlamento, na verdade, de fundo político nada tem, e a Comissão Europeia nada mais é do que um órgão extremamente burocrático e sem capacidade de iniciativa. Por exclusão de partes, na Europa do capital, o governante é o capital financeiro e todos os seus agentes.

Foi provado que a base do neoliberalismo assenta na exploração do trabalho assalariado, porque gera mais-valia, de onde vem o lucro. Este trabalho é assente numa base contratual, presente no Direito do Trabalho que tem sofrido também nas mãos do neoliberalismo, como analisado por Alain Supiot, exposto no segundo capítulo desta dissertação.

A conceção jurídica referente às relações de trabalho existentes na Europa corresponde a uma compatibilização entre o modelo germânico e o modelo romano: *"trabalho como bem e objeto do direito – relacionada à vertente contratual/romana; e trabalhador como pessoa e sujeito de direito – atrelada à vertente germânica"* (Portilho, 2014), presente nos dias de hoje.

É através da existência de um contrato numa estrutura hierárquica que se torna difícil preservar a liberdade do trabalhador, uma vez que se encontra a aceitar uma posição de submissão, mas ao mesmo tempo, garantir as suas necessidades, extrapatrimoniais do corpo humano.

Foi demonstrado que é a regulamentação estatal tendenciosa que permite uma '*deslegalização'*, prejudicial aos trabalhadores. São as classes governativas que decidem o grau de proteção que o Estado dá aos trabalhadores, sendo estas influenciadas para seu próprio benefício. É desta forma que o neoliberalismo contribuiu para o desmantelamento dos fundamentos jurídicos do Estado social, em que a mesma estrutura que nos dá a ideia de liberdade nos aprisiona cada vez mais. A '*financeirização'* económica veio aumentar a '*deslegalização'*, e o interesse da entrada das empresas para o panorama normativo. Há uma desproteção dos trabalhadores, que tende a ser cada vez mais evidente e promovida pelo capital financeiro.

O Estado levou às costas as medidas neoliberais, que foram criando a oportunidade de emergência de um mundo do trabalho cada vez mais precário, tornando os despedimentos cada vez menos morosos para as empresas, diminuindo os níveis salariais, aumentando as cargas horárias e ainda diminuindo o poder de compra dos cidadãos (Nunes, 2013). O caráter de submissão sobrepõe-se à liberdade, e o Direito do Trabalho torna-se pouco eficaz na regulamentação das desigualdades crescentes.

O capítulo três teve como objetivo a análise da homogeneização cultural, conseguida através do entendimento da globalização e da indústria cultural. É através da força da globalização que esta homogeneização é possível, e impulsionada pelo mercado financeiro que lucra com a internacionalização dessa cultura. É sempre o caso de refletir, quando produzir dez camisolas diferentes sai mais caro do que produzir dez mil camisolas iguais, torna-se evidente a manipulação dos mercados em busca da industrialização de mais setores, e a cultura foi um deles.

O fenómeno do *McWorld* europeu, no qual podemos ver que, tal como Adorno previu, há uma cultura homogeneizada que tende a ter uma força grande e um nível de disseminação cada vez maior e de forma cada vez mais eficaz. Este sentimento de

pertença levou à produção de consumidores insaciáveis com o desejo de obter cada vez mais e que, devido ao aperfeiçoamento tecnológico, permite a sua perpetuação e a criação do desejo da posse pela renovação científica.

Foi através da análise conceptual de Adorno que foi possível alcançar um encadeamento lógico entre a cultura de massas e a crescente globalização cultural que tem sido alvo de problemas durante as últimas décadas. Os conceitos introduzidos e explorados por Adorno estão na base da compreensão da ideia de interligação das consequências do neoliberalismo. Esta interligação não representa ideias novas, apenas retratos antigos, que agora se encontram a cores.

No quarto capítulo, foi analisada a evolução do Partij Voor De Vrijheid, partido de extrema-direita, que tem visto o seu crescimento na Holanda, Estado-membro da União Europeia. Foi a conjuntura económica e social holandesa, alvo de desgaste contínuo, que levou ao aumento da insatisfação populacional. O fluxo acentuado de muçulmanos veio criar um sentimento de aversão por parte dos nacionais que viram os seus direitos cada vez mais reduzidos, após a crise de 2008.

Ao analisarmos com detalhe o partido de Wilders, vemos que este defende um governo pequeno, lei e ordem, se foca em menos crime, mais segurança e menos Islão. Esta última ideia apoia a sua posição de não ser a favor do multiculturalismo e de querer acabar com a entrada de estrangeiros no país, uma vez que há uma necessidade de preservar a identidade e valores do povo holandês, numa sociedade que está a ser consumida por uma cultura alienígena.

A mesma força motriz que leva à necessidade de uma aproximação, de uma globalização, leva à eclosão de um sentimento de repulsa pela ideia de perder a identidade da sua nação. Esta nação, esta sociedade é a criação de uma raça, de uma identidade comum, que apenas é partilhada pelos nacionais do Estado, explicando a repulsa de Wilders sobre os muçulmanos e de países que sejam recentes na União Europeia, como a Roménia e a Bulgária (Pas, 2011, pp. 19, 25).

Há uma descredibilização das instituições públicas, refletindo um Estado tendencioso, que vem desfazer o mito de que a globalização afasta a ideia dos nacionalismos.

Assim, a conjuntura criada pelo exposto leva a um enfraquecimento do bem-comum (providência), uma das críticas presentes na conjuntura holandesa aquando da emergência do PVV. Esse Estado fortalece-se e reforça cada vez mais as crises, uma vez

que ele não promove a riqueza das nações, porque o bem é para todos. O neoliberalismo cria assim um fosso cada vez maior entre os pobres e os ricos.

É importante referir o motivo mais comum de voto no PVV, que é o valor de grupo, defendendo que se identificam com as crenças, desejos e ambições dos votantes. Vemos aqui corroborada a ideia trazida por Adorno, de que ao expormos as diferenças dos outros, estamos a minimizar as diferenças internas, (a polarização no conceito de "nós" *versus* "os outros"), o que nos leva a crer na ilusão de que estamos todos na mesma situação, quando não corresponde à realidade.

É presente na Holanda que a emergência da extrema-direita não é efetuada pelo Estado, mas sim pelas pessoas que pedem a sua ascensão. Observamos nos movimentos de extrema-direita que afinal não é o Estado que é violento, mas sim o indivíduo que pede esse tipo de intervenção do Estado. É ele que, através das suas necessidades e do seu ego, quer ver o seu líder fascista no controlo, para contemplar os seus desejos narcisistas nele espelhados.

Esta conjuntura retrata o comportamento tribalista do ser humano, um comportamento primitivo que se manifesta desde o início das civilizações, não sendo um comportamento exclusivo do capitalismo. Cada época tem a sua forma de organização. Na nossa sociedade de capitalismo, o Estado é o detentor do monopólio do poder, que deveria ser neutro, mas não é.

Sendo o Estado imparcial, acaba por ser uma comunidade, e é nessa comunidade que os pobres criam a sua identificação e é dele que pedem atitudes de violência. Isto é, a pobreza e descontentamento social levam a que os cidadãos se identifiquem com a comunidade criada pelo Estado e que exijam dele uma imposição violenta.

E é isso que vemos na Holanda, a necessidade de um líder fascista para colmatar as desigualdades que o neoliberalismo cria. Esta necessidade tem-se espelhado com estabilidade ao longo dos últimos 10 anos, continuando o PVV a ser um dos partidos mais votado no Parlamento, com 17 deputados.

Somos forçados a assumir que a ascensão dos partidos nacionalistas nada mais é que um grito de revolta por parte de grupos nacionalistas, que pedem uma ação violenta por parte do Estado, para verem os seus direitos defendidos. É a identificação com a comunidade e a solicitação do Estado que gera uma violência excessiva, que vai além do que a norma exigiria.

Ao contrário do que as leituras ignoram, vemos então que o neoliberalismo que impõe e promove a globalização, culminando na indústria cultural, é o mesmo que leva à emergência do extremo nacionalismo. Foi provado na presente dissertação que embora o Estado mínimo pregue a doutrina de contrariedade entre globalização e nacionalismo, a emergência de políticas protecionistas, bem como de partidos de extrema-direita, na Europa, tem acompanhado diretamente o crescimento do neoliberalismo, que de forma ressonante, tem cada vez mais influência no nosso presente e no destino do nosso futuro, sendo três facetas interrelacionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDA, J. (1997). *A Mundialização da Economia: Génese*, Lisboa, Terramar

- ADDA, J. (1997). *A Mundialização da Economia: Problemas*, Lisboa, Terramar

- ADORNO, T. W. (2006). *A teoria freudiana e o padrão de propaganda fascista* (G. Pedroso, Trad.). Margem esquerda: Ensaios marxistas, 7, 164-189. (Original publicado em 1951)

- ADORNO, t. W. (2009). Dialética negativa (M. a. Casanova, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1966)

- ADORNO, Theodor (1941). On Popular Music, *Studies in Philosophy and Social Sciences* (1941), Vol. IX, No. 1

- ADORNO, Theodor (1975). Culture Industry Reconsidered, *New German Critique* (1975) No. 6

- ALBERTAZZI, Daniele; McDonnell, Duncan (2008). Introduction: The Sceptre and the Spectre em Albertazzi, Daniele

- ALVES, A. (2014). *A teoria crítica do direito e o positivismo jurídico*. Prisma Juridico. https://doi.org/10.5585/prismaj.v12n2.3968

- AMANTO, L. F., & de Barros, M. A. L. L. *Teoria Crítica dos Sistemas?*.

- AMIN, Samir (1997). *Capitalism in the Age of Globalization*, London, Zed Press

- ANDREW, Sabl. (2001). The evidence of things not said: James Baldwin and the promise of American democracy. *Choice Reviews Online*. https://doi.org/10.5860/choice.38-6015

- APPADURAI, A. (1996). *Dimensões Culturais da Globalização*. Lisboa: Editorial Teorema.

- ARENDT, Hannah (1993). *A condição humana*. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

- AVELAR, I. (2009). O pensamento da violência em Walter Benjamin e Jacques Derrida. *Cadernos Benjaminianos*. https://doi.org/10.17851/2179-8478.0.1.26-43

- BARACAT, Eduardo Milléo (2003). *A boa-fé no direito individual do trabalho*. São Paulo, LTr.

- BARBER, B. (2010). Jihad vs. McWorld em Ritzer, G. & Atalay, Z. (editado) - *Readings in Globalization Key Concepts and Major Debates*. Wiley-Blackwell: West Sussex, pp. 290-296.

- BARBER, B. (2010). On terrorism and the new democratic realism em Ritzer, G. & Atalay, Z. (editado) - *Readings in Globalization Key Concepts and Major Debates*. Wiley Blackwell: West Sussex, pp. 305-306.
- BARTELSON, J. (2000). *Three Concepts of Globalization*. SAGE Publications
- BARTLETT, Jamie et al. (2012) – *Populism in Europe: Netherlands*. Londres: Demos Esposito, John L.
- BECK, U. (2010). The Terrorist Threat: World Risk Society Revisited em Ritzer, G. & Atalay, Z. (editado) - *Readings in Globalization Key Concepts and Major Debates*. Wiley-Blackwell: West Sussex, pp. 263-270.
- BENJAMIN, W. (1978). Walter Benjamin - Critique of Violence. In *Reflections*.
- BENJAMIN, W. (1990). *Crítica da Violência: crítica do poder*. Religião & Sociedade.
- BOBBIO, Norberto (1909). *Dicionário de Política,* 11.ª Edição, Editora UnB
- BONAGLIA, Federico, , GOLDSTEIN, Andrea (2006). *Globalização e Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença
- BOYER, Robert, DRACHE, Daniel (1996). *Estados Contra Mercados – Os Limites da Globalização*, Lisboa, Instituto Piaget
- BRAUDEL, Fernand (1989). *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa, Teorema
- BROWER, Latz, A. (2015). Ideology critique via jurisprudence. In *Thesis Eleven*. https://doi.org/10.1177/0725513616636382
- CAIROLA, E., CIBRARIO, D. (2004). *Trade Union Training on Globalization*, Turim, International Training Centre of the ILO
- CARVALHO, Pedro (2010). A Crise por detrás da(s) Crise(s). Reflexões sobre a evolução sistema capitalista do século XIX à Grande Depressão, em *Vértice*, n.º 152, maio-junho/2010, 81-99
- CASSIDY, John (2009). *How Markets Fail – The Logic of Economic Calamities*, Londres, Allen Lane/Penguin Books.
- CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede – A Era da Informação*, Economia e Cultura, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CEPAL (2002). *Globalización y Desarrollo*. Santiago de Chile: Cepal, Naciones Unidas.
- COCHRANE, A. & Pain, K. (2004). A globalizing society? em Held, D. (editado), *A globalizing world? culture, economics, politics*. Routledge in association with The Open University: Londres, pp. 5-43.

- COLON, M. (2015). *Je suis ou je ne suis pas Charlie? Réflexions sur la guerre, la terreur, l'islam et la liberté d'expression.* [s.l.]: Investig'Action.
- Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização (2005). *Por uma Globalização Justa – Criar oportunidades para todos*, Oeiras, Celta
- CROTTY, James (2003). The Neoliberal Paradox: The Impact of Destructive Product Market Competition and Impatient Finance Nonfinancial Corporations in the Neoliberal Era, em *Review of Radical Political Economics*, Vol. 35, n.º 3 (2003), pp. 271-279.
- DUARTE, R. (2002). adorno/Horkheimer e a dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique (2002). – The profit rate: where and how much did it fall? Did it recover? (USA 1948-2000), em *Review of Radical Political Economics*, vol. 34 (2002), pp. 437-461.
- ELMAUER, D. (2015). *O direito na teoria crítica dos sistemas: da justiça autossubversiva à crítica imanente do direito* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- F. BARBOSA, J. (2013). A crítica da violência de Walter Benjamin: implicações histórico-temporais do conceito de reine Gewalt. *Revista de Filosofia Aurora*. https://doi.org/10.7213/aurora.25.037.ds07
- FINE, R. (2013). Natural law and critical theory: Bringing rights back in. *Journal of Classical Sociology*. https://doi.org/10.1177/1468795X12472549
- FISCHER-LESCANO, A. (2015). Uma "Força justa e não violenta"? Uma critíca do direito na sociedade global. *Tempo Social*. https://doi.org/10.1590/0103-2070201525
- FISCHER-LESCANO, A. F. (2010). *A teoria crítica dos sistemas da escola de frankfurt*. Novos Estudos CEBRAP. https://doi.org/10.1590/s0101-33002010000100009
- FLUCK, W. (2009). *Romance with America? Essays on culture, literature and american studies*. Heidelberg: Winter.
- FRANZKI, H., & Vieira, R. (2020). Walter Benjamin e o Direito: Uma apresentação teórica à edição. *Revista Direito e Práxis*. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/53004
- FREUD, S. (1981). totem y tabu. In l. l. Ballesteros y de torres& J. N. tognola (Orgs.), obras completas de Sigmund freud(Vol. 2, 4ª ed., pp. 1745-1850). Madrid: Biblioteca Nueva. (Original publicado em 1912-13)

- FREUD, S. (1993). Psicologia de las masas y análisis del yo (J. L. Etcheverry, Trad.). In S. Freud, *Obras Completas*: Vol. 18 (pp. 63-136). Buenos Aires, Argentina: Amorrortu. (Original publicado em 1921).
- FREUD, S. (1997). o futuro de uma ilusão (J. O. abreu, trad.), Rio de Janeiro: Imago. (Original publicado em 1927)
- FRÖHLICH, S. (2019). O imperativo de Adorno e os crimes contra a humanidade. *Conhecimento & Diversidade*. https://doi.org/10.18316/rcd.v11i24.4359
- GALBRAITH, James K. (1929). *Introdução à tradução brasileira de John Kenneth GALBRAITH*, 1929 - A
- GALLIN, Dan (2000). Reinventar a política sindical, em B. CASSEN e outros (Coord.), *Contra a ditadura dos mercados*, trad. port., Campo da Comunicação, Porto, pp. 101-122.
- GANNON, M. (2008). *Paradoxes of Culture and Globalization*. Califórnia: Sage Publications.
- GAY, P. (1992). Um judeu sem deus (d. Bogomoletz, trad.), Rio de Janeiro: Imago.
- GETTELL, Raymond G. (1936). *História das Ideias Políticas*, Editorial Inquerito
- GIDDENS, Anthony (2000). *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Editorial Presença.
- GILPIN, R. (1987). *The Political Economy of International Relations*, Princeton, Princeton University Press
- GIRÃO, António Caetano de Sousa Faria (1997). *A Questão das Nacionalidades, dos Nacionalismos e das Minorias nacionais na Ex-Jugoslávia*, Ed. Universidade Moderna
- GOMES, Orlando; GOTTSHALK, Elson (2004). *Curso de Direito do Trabalho*. 16.ª ed. Rio de Janeiro: Forense.
- HABERMAS, J. (1978). *The Philosophical Discourse of Modernity: Twelve Lectures*. Translated by F.G.Lawrence. Cambridge: Polity Press.
- HARTLEB, Florian (2012), *All Tomorrow's Parties: The Changing Face of European Party Politics*, Centre for European Studies
- HELD, D. (1980). *Introduction to Critical Theory: Horkheimer to Habermas*. Cambridge: Polity Press.
- HELD, David, McGREW, Anthony, et al. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Cambridge, Polity Press

- HILDENBRAND, J. G., & Farias, F. (2019). Walter Benjamim: Um contemporâneo de seu próprio tempo. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*. https://doi.org/10.5007/1807-1384.2019v16n2p127
- HOBSBAWM, Eric (1998). *A Era dos Extremos. Breve História do Século XX: 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença.
- HORKHEIMER, M. & adorno, t. W. (1985). O conceito de esclare-cimento. In M. Horkheimer & t. W. adorno (Orgs.), Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos (G. a. almeida, trad., pp. 19-52). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Original publicado em 1947)
- HORKHEIMER, Max, Adorno, Theodor (1972), *Dialectic of Enlightenment*, New York: Herder and Herder.
- HUBERMAN, Leo (1984). *História da riqueza do homem*. 20. ed. Rio de janeiro, Zahar.
- HUNT, A. (1987). The Critique of Law: What Is "Critical" about Critical Legal Theory? *Journal of Law and Society*. https://doi.org/10.2307/1410293
- JARVIS, S. (1980). *Adorno: A Critical Introduction*. Cambridge: Polity Press.
- JUNIOR, D. G. A. (2018). *Theodor W. Adorno e a dialética material da moral*. Veritas (Porto Alegre), 63(2), pp. 711-726.
- KHATIB, S. (2020). Para uma política dos "meios puros": Walter Benjamin e a questão da violência. *Revista Direito e Práxis*. https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/53002
- KRUGMAN, Paul (2012). *Acabem com esta Crise já!*, Lisboa, Editorial Presença.
- LAPAVITSAS, C., A. Kaltenbrunner, G. Lambrinidis, et al. (s.d.) The Eurozone Between Austerity and Default, *RMF Occasional Report*, em www.researchonmoneyandfinance.org. Acesso em: 12 de junho de 2021.
- LAPAVITSAS, Costas (2009). Financialised Capitalism : Crisis and Financial expropriation, em *Historical Materialism*, Vol. 17 (2009), pp. 114-148.
- LARA, António de Sousa Lara (s.d.). *Ciência Política: Estudo da Ordem e da Subversão*, 8.ª edição, Instituto de Ciências Socias e Políticas.
- LLOYD, D. (2020). From the Critique of Violence to the Critique of Rights. *Critical Times*, 3(1), pp. 109-130.
- LOICK, D. (2014). Juridification and politics: From the dilemma of juridification to the - paradoxes of rights. *Philosophy & Social Criticism*, 40(8), pp. 757-778.

- LÖWY, M. (1996). Messianismo e revolução. In a. Novaes (Org.), a crise da razão (pp. 305-407). São Paulo: Companhia das letras.
- LUCARDIE, Paul (2008). The Netherlands. *European Journal of Politics Research*
- MACKAY, H. (2004). The globalization of culture? em Held, D. (editado) - *A globalizing world? culture, economics, politics*. Routledge in association with The Open University: Londres, pp. 44-81.
- MARAZZI, Christian (2011). *The Violence of Financial Capitalism* (trad.), Semiotext(e), Los Angeles [edição em italiano, Edizioni Casagrande, Bellinzona, Suíça, 2011].
- MARTINE, G. (2005). *A Globalização Inacabada*. São Paulo Em Perspectiva
- MARX, Karl (s.d.). *O capital: crítica da economia política*. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap13/03.htm. Acesso em 11 de junho de 201
- MARX, Karl. (2008). *Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Centauro.
- MEZAN, R. (1996). Viena e as origens da psicanálise. In M. Pe-restrello (Org.), a formação cultural de freud (pp. 73-105). Rio de Janeiro: Imago.
- MÖLLER, K. (2015). Crítica do direito e teoria dos sistemas. *Tempo Social*. https://doi.org/10.1590/0103-2070201526
- MONSHIPOURI, M. (2002). Islam and human rights in the age of globalization em Mohammadi, A. (editado) – *Islam encountering Globalization*. RoutledgeCurzon: Londres, pp. 91-110.
- MUDDE, Cas (2000). *The ideology of the extreme right*. Manchester: Manchester University Press
- MURTEIRA, Mário (2003). *Globalização, pela invenção dum tempo global e solidário*, Lisboa, Quimera
- MUSSE, R. (2011). Experiência individual e objetividade em Minima moralia. *Tempo Social*. https://doi.org/10.1590/S0103-20702011000100008
- NASCIMENTO, Amauri Mascaro (2009). *Iniciação ao Direito do Trabalho*. São Paulo, LTr.
- NBTC (2015). *2014 Inbound Tourism Survey*. NBTC Holland Marketing.
- NICHOLSON, M. (2016). Walter Benjamin and the Re-Imageination of International Law. *Law and Critique*. https://doi.org/10.1007/s10978-015-9170-z
- NORRIS, P. & Inglehart, R. (2003). The True Clash of Civilizations. *Foreign Policy*, 135, pp. 63-70.

- NUNES, A. J. Avelãs (2003). *Neoliberalismo e Direitos Humanos*, Lisboa, Editorial Caminho.
- NUNES, António (s.d.). A Crise do Capitalismo - Capitalismo, Neoliberalismo, Globalização, 5.ª edição (revista), *Página a Página*, Lisboa.
- OLIVEIRA, E. M. P. (s.d.). Teorias e práticas do poder como violência: reflexões a partir de Benjamin, Derrida e Agamben. *Revista Estudos Políticos*, 7(14), pp. 135-153.
- Organização Mundial do Comércio, (2006). *Statistiques du commerce international 2006*, Suíça, OMC
- OULHAJ, L. (2007). *Globalização, Migrações Internacionais e Pobreza*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Economia
- OYARZÚN, P. (2019). Law, Violence, History: A Brief Reading of the Last Paragraph of Walter Benjamin's "Toward the Critique of Violence". *Critical Times*, 2(2), pp. 330-337.
- PALHARES, T. H. P. (1997). A filosofia de Walter Benjamin – destruição e experiência. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*. https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i3p113-120
- PAS, Niek (2011). *The State of th Right: The Netherlands*. Paris: Fondapol – Fondation Pour L'nnovation Politique
- PETER, S., *Boulder, N., C* (1993)., *The Industrial Revolution in World History*, Westview Press.
- PETRY, F. (2008). *As Minima Moralia de Theodor W. Adorno: expressão como fidelidade ao pensamento*. In XI Congresso Internacional da ABRALIC Tessituras, Interações, Convergências.
- PIETERSE, J. (2010). Globalization and Culture: Three Paradigms em Ritzer, G. & Atalay,
- POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens da nossa época. 9.ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. RIPERT, Georges; BOULANGER, Jean. In Planiol, *Traité élementaire de droit civil*. 2.ª ed. Paris: LGDJ, 1947, no 2948.
- PORTILHO, Raphaela Magnino Rosa (2014). *O Direito do Trabalho na Visão Crítica de Alain Supiot*. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=092cb9ab3aaf99bd. Acesso em: 11 junho de 2021.
- PRELHAZ, J. (2012). *Globalização das Migrações*. ISCTE. Departamento de Economia

- RAMKEMA, Harm (2008). *The Dutch Political System in a Nutshell*. Netherlands Institute for Multiparty Democracy
- RASMUSSEN, D. (ed.) (1996). *The Handbook of Critical Theory*. Oxford: Blackwell.
- REEVES, C. (2009). Exploding the limits of law: Judgment and freedom in Arendt and Adorno. *Res Publica*. https://doi.org/10.1007/s11158-009-9088-0
- RIBEIRO, Sérgio (2012). O contributo de Marx para o marxismo, em *Boletim de Ciências Económicas*, vol. LV (2012).
- RITZER, G. (2010). An introduction to McDonaldization em Ritzer, G. & Atalay, Z. (editado) - *Readings in Globalization Key Concepts and Major Debates*. Wiley Blackwell: West Sussex, pp. 383-388.
- ROCHA, Z. (1995). O deus de Freud: subsídios para a leitura de 'O Futuro de uma Ilusão'. In Z. Rocha, freud: aproximações (2ª ed., pp. 329-364). Recife: Editora da UFPE.
- ROMITA, Arion Sayão. (1983). *O poder disciplinar do empregador*. Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica Freitas Bastos.
- ROUANET, S. P. (1993). Mal-estar na modernidade. In S. P. Rou-anet, Mal-estar na modernidade (pp. 96-119). São Paulo: Companhia das letras.
- S. PETER N., C. Boulder (1993). *The Industrial Revolution in World History*, Westview Press.
- SÁ DOS REIS, E. (2014). Violência Mítica e Violência Divina em Walter Benjamin. *Cadernos Walter Benjamin*. https://doi.org/10.17648/2175-1293-v13n2014-8
- SANTOS, Maria João, et al. (2001). *Globalizações, Novos Rumos No Trabalho*, Florianópolis, Ed. da UFSC.
- SARTORI, Giovanni (1976). *Parties and Party Sistems: A Framework for analysis*, Volume 1, Edit. Cambridge University Press
- SAVATIER, Jean (1990). *La liberté dans le travail*. Droit Social.
- SCHRÖTER, H. (2005). *Americanization of the European Economy: A compact survey of American economic influence in Europe since the 1880s*. Dordrecht: Springer.
- SELIGMANN-Silva, M. (2003). adorno. São Paulo: Publifolha.
- SELLIGMAN-SILVA, M. (2009). Walter Benjamin: o Estado de Exceção entre o político e o estético. *Cadernos Benjaminianos*. https://doi.org/10.17851/2179-8478.0.1.1-25
- SEN, Amartya (2000). *Desenvolvimento como liberdade*, trad. bras., Companhia das Letras, São Paulo.

- SENNET, R. (2006). a cultura do novo capitalismo (C. Marques, trad.), Rio de Janeiro: Record.
- SENNET, R. (2007). a corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo (M. Santarrita, trad.). Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, T. (2010). *Sociedade e Cultura na Área Islâmica*. Lisboa: ISCSP.
- SOUZA, M. R. (2000). Freud e a religião: revisitando 'O Futuro de uma Ilusão'. Humanitas, 16(1-2), 37-50.
- SOUZA, M. R. (2011). O conceito de esclarecimento em Horkheimer, adorno e Freud: apontamentos para um debate. *Psicologia & Sociedade*, 23
- STIGLITZ, Joseph E. (2004). *Globalização: a Grande Desilusão*, Lisboa, Terramar.
- SUPIOT, Alain (2016). *Crítica do Direito do Trabalho*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SUPIOT, Alain. (1994). *Critique du droit du travail*. Paris: Presses Universitaires de France.
- SUPIOT, Alain. (2005). *Homo Juridicus: ensaio sobre a função antropológica do Direito*. Lisboa: Instituto Piaget.
- TTÜRCKE, C. (2004). Pronto-socorro para adorno: fragmentos introdutórios à dialética negativa. In a. Zuin, B. Pucci, & N. Ramos-de-Oliveira (Orgs.), ensaios frankfurtianos (pp. 41-59). São Paulo: Cortez.
- WATERS, M. (2010). McDonaldization and the Global Culture of Consumption em Ritzer, G. & Atalay, Z. (editado) - *Readings in Globalization Key Concepts and Major Debates*. Wiley-Blackwell: West Sussex, pp. 389-392.
- WUNDERLICH, J. & Warrier, M. (2010). *A Dictionary of Globalization*. Reino Unido: Routlegde.
- Z. (editado) (2010). *Readings in Globalization Key Concepts and Major Debates*. Wiley Blackwell: West Sussex, pp. 309-318.
- ZINOVIEV, Alexander (1981). *Le communisme comme realité*. Paris-Lausanne: Julliard/L'aged'Homme, 1981, disponível em: http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap13/03.ht. Acesso em: 10 de maio de 2021.